



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO BACHARELADO EM ENFERMAGEM

ALAN ALENCAR FREIRE

**AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA**

PICOS - PIAUÍ

2016

ALAN ALENCAR FREIRE

**AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA**

Monografia apresentada à banca examinadora do Curso de bacharelado em Enfermagem, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem.

Orientador: Prof^o. Me. Marcos Renato de Oliveira

PICOS - PIAUÍ

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

F866a Freire, Alan Alencar.

Avaliação do conhecimento sobre vigilância epidemiológica na estratégia saúde da família / Aline Rocha Rodrigues. Picos – 2016.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (61 f.)

Monografia (Bacharelado em Enfermagem) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2016.

Orientador(A): Prof. Me. Marcos Renato de Oliveira

1. Vigilância Epidemiológica. 2. Pessoal de Saúde. 3. Estratégia Saúde da Família. I. Título.

CDD 610.734

ALAN ALENCAR FREIRE

**AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE VIGILÂNCIA
EPIDEMIOLÓGICA NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA**

Monografia apresentada à banca examinadora do Curso de bacharelado em Enfermagem, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem.

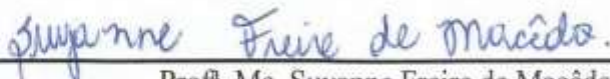
Orientador: Prof.^o. Me. Marcos Renato de Oliveira

Aprovada em 26/02/16

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Marcos Renato de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Piauí-UFPI
Presidente da Banca



Prof.^o. Me. Suyanne Freire de Macêdo
Universidade Federal do Piauí-UFPI
1^o Examinador



Enfa. Esp. Sandra Karielly de Alencar
Coordenadora da Vigilância Epidemiológica- Picos/PI
2^o. Examinador

Dedico este trabalho a Deus por me dar força para seguir em frente. Aos meus pais *Maria do Socorro* e *Aldo*, aos meus irmãos *Alamo* e *Naiauria*, a minha filha *Ana Julia* e ao Professor Me. *Marcos Renato*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ser o meu guia, por ter me dado forças para seguir em frente, mesmo em momentos difíceis, e por ser a minha fortaleza onde sempre tive a certeza que poderia repousar.

Agradeço a minha família que sempre esteve ao meu lado, me apoiando, me orientado, e torcendo pelo meu sucesso.

Aos meus pais *Maria do Socorro* e *Aldo* pelos ensinamentos, por estarem sempre ao meu lado, me incentivando a continuar buscando os meus objetivos e a realizar os meus sonhos.

Aos meus irmãos *Alamo* e *Naiauria* pelo apoio e incentivo, e interesse em meu bem-estar e pelo desejo de que se concretizem os meus sonhos.

A minha avó materna *Nair* por ser um anjo na minha vida.

A minha namorada e companheira *Edilayne* pelo apoio, paciência e por estar sempre comigo.

A minha princesa, minha filha *Ana Julia*, que é a minha maior fonte de inspiração, e maior propósito de nunca ter desistido dos meus objetivos.

A minha cunhada *Tacyana*, por sempre me estimular a procurar vencer.

Agradeço a todos os professores que colaboraram com a minha formação.

Agradeço de forma especial ao meu orientador, Professor Marcos Renato pela dedicação e paciência nas orientações, pelas oportunidades de aprendizado e qualificação acadêmica que me proporcionou.

Ao ex-professor do campus, o Enfermeiro Wevernilson por se propor a ajudar em minha formação e pela amizade.

Agradeço a turma de enfermagem ingressante em 2011.2 por ter sido a “A turma”, que mesmo em meio a tantas situações complicadas, permaneceu unida e complacente com as situações de todos.

Agradeço aos meus amigos *Carlos* e *Adalgison* que ingressaram nessa jornada comigo, e por contraversão do destino acabamos nos separando, porém a amizade iniciada no começo do curso perdura até hoje.

Agradeço as minhas amigas “as garotinhas”, *Aline*, *Cylea*, *Laudiane*, *Polyana* e *Isabel Cristina* pelo companheirismo, por dividirem comigo os momentos felizes e estarem ao meu lado em momentos delicados, o curso se tornou melhor tendo vocês como amigas.

“O próprio Senhor irá à sua frente e estará com você; ele nunca o deixará, nunca o abandonará. Não tenha medo! Não desanime!”

Deuteronômio 31:8

RESUMO

As práticas de vigilância epidemiológica na atenção básica à saúde fornecem subsídios para uma monitorização das situações epidemiológicas, sendo, as ações desenvolvidas pelos profissionais da atenção básica a base do sistema de saúde nacional e a Estratégia Saúde da Família a principal responsável por avaliar e proporcionar mudanças nas práticas de saúde. Objetivou-se com este estudo verificar o nível de conhecimento dos profissionais Médicos, Enfermeiros e Cirurgiões-dentistas das Estratégias de Saúde da Família sobre as ações de vigilância epidemiológica, atuantes em Picos, estado do Piauí. Para tanto, se executou um estudo exploratório e descritivo. A amostra contou com a participação de 75 profissionais atuantes nas Unidades Básicas de Saúde das zonas urbana e rural. Os dados foram coletados no período de janeiro a fevereiro de 2016 por meio de um instrumento adaptado para o estudo. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa sob o parecer positivo nº 1.392.017. Foi aplicado um formulário que continha além das características do entrevistado, 29 questões, dessas, 7 sobre vigilância epidemiológica, 12 sobre exemplos de doenças e agravos de notificação compulsória, 6 sobre exemplos de doenças e agravos de notificação compulsória semanal e 4 sobre o Sistema de Informação de Agravos de Notificação, elaboradas, para a presente pesquisa, com base no instrumento utilizado em um estudo realizado em Teresina, Piauí. A análise dos resultados permitiu identificar variações consideráveis no nível de conhecimento dos profissionais, mas observa-se de modo geral que os enfermeiros foram os que obtiveram o maior número de acertos, e sobre os assuntos de vigilância epidemiológica a proporção de acertos foi 97,3% dos profissionais que acertaram mais do que 4 questões, sobre exemplos de doenças e agravos de notificação compulsória 93,3% dos profissionais acertaram mais do que 7 questões, sobre exemplos de doenças e agravos de notificação compulsória semanal apenas 50,7% dos profissionais acertaram mais do que 4 questões e sobre Sistema de Informação de Notificação e Agravos 89,3% dos profissionais acertaram mais do que 3 questões. Com base nos resultados pode-se observar um bom nível de informação voltado para o manejo de práticas de vigilância epidemiológica, um bom conhecimento em relação aos exemplos de doenças de notificação compulsória imediata, um baixo conhecimento sobre exemplos de doenças de notificação compulsória semanal e um razoável conhecimento sobre Sistema de Informação de agravos de notificação. Deve-se dar continuidade a enfatizar os assuntos abordados nesse estudo de modo a estimar o conhecimento e consequentemente a capacidade de manejo com as práticas desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Pessoal de Saúde. Estratégia Saúde da Família. Vigilância Epidemiológica.

ABSTRACT

The epidemiological surveillance practices in health primary care provides subsidies for monitoring epidemiological situations, and the actions undertaken by primary care professionals the basis of national health care and the Family Health Strategy primarily responsible for evaluating and providing changes in health practices. The objective of this research was to verify the level of knowledge of professionals as Physicians, Nurses and Dentists from the Family Health Strategies on epidemiological surveillance, active in Picos, State of Piauí. For this purpose, it was executed an exploratory and descriptive study. The sample included the participation of 75 professionals working in Basic Health Units of urban and countryside areas. The data were collected from January to February 2016 by means of a suitable instrument for the study. The study was approved by the Ethics and Research Committee under the positive opinion No. 1,392,017. It was applied a form that contained besides the respondent characteristics, 29 questions, these, 7 on epidemiological surveillance, 12 on examples of diseases and reportable diseases, 6 of examples of diseases and disorders weekly compulsory notification and 4 on the system Notifiable Diseases information, prepared for this research, based on the instrument used in a study conducted in Teresina, Piauí. The results identified significant variations in the professional knowledge level, but observed generally that the nurses were the ones with the highest number of correct answers, and on epidemiological surveillance issues the proportion of correct answers was 97.3 % of professionals who scored more than 4 questions on examples of diseases and notifiable diseases 93.3% of the professionals hit more than 7 questions on examples of diseases and weekly notifiable diseases only 50.7% of the professionals. They hit more than 4 issues and Notification Information System Diseases and 89.3% of the respondents agreed more than 3 questions. Based on the results can be seen a good level of information facing the management of surveillance practices, a good knowledge in relation to examples of immediately notifiable diseases, a low knowledge about examples of weekly reportable diseases and reasonable knowledge about Information System of Notifiable diseases. Continuity should be given to emphasize the issues addressed in this study to estimate the knowledge and therefore the management capacity with the practice developed within the National Health System.

Keywords: Health Personnel. Family Health Strategy. Epidemiological Surveillance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Números de Casos Notificados – Período: 2010 a 2014. Município de Residência Picos, PI, 2016.	23
Quadro 2	Quantitativo de Profissionais de Nível Superior da ESF cadastrados no CNES, Picos, Piauí, 2016.	24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Variáveis da amostra em relação às características pessoais e profissionais dos participantes, Picos, Piauí, 2016.	29
Tabela 2	Distribuição do número de acertos e erros dos profissionais, segundo o conhecimento sobre Vigilância Epidemiológica, Picos, Piauí, 2016.	31
Tabela 3	Distribuição do número de acertos dos profissionais, segundo o conhecimento sobre doenças e agravos de notificação compulsória, Picos, Piauí, 2016.	33
Tabela 4	Distribuição do número de acertos e erros dos profissionais, segundo o conhecimento sobre doença e agravos de notificação compulsória semanal, Picos, Piauí, 2016.	34
Tabela 5	Distribuição de acertos e erros dos profissionais, segundo o conhecimento sobre o SINAN, Picos, Piauí, 2016.	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AB	Atenção Básica
CAP	Caixas de Aposentadorias
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde
CNS	Conferência Nacional de Saúde
DANC	Doenças e Agravos de Notificação Compulsória
DCJ	Doença de Creutzfeldt- Jakob
DP	Desvio Padrão
ESF	Estratégia Saúde da Família
FII	Ficha Individual de Investigação
FIN	Ficha Individual de Notificação
IAP	Institutos de Aposentadorias e Pensões
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LOS	Lei Orgânica da Saúde
MS	Ministério da Saúde
PAB	Piso de Atenção Básica
PACS	Programa de Agentes Comunitários da Saúde
PNAB	Política Nacional da Atenção Básica
PSF	Programa de Saúde da Família
SINAN	Sistema Nacional de Agravos de Notificação
SNVE	Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SUDS	Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OBJETIVOS	16
2.1	Geral	16
2.2	Específicos	16
3	REVISÃO DE LITERATURA	17
4	MÉTODOS	23
4.1	Tipo de estudo	23
4.2	Local de realização do estudo	23
4.3	População e Amostra	25
4.4	Variáveis do estudo	26
4.5	Coleta de dados	27
4.6	Análise dos Dados	28
4.7	Aspectos éticos	28
5	RESULTADOS	30
6	DISCUSSÃO	38
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44
	APÊNDICES	47
	APÊNDICE A - FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS	48
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	51
	APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL	52
	APÊNDICE D – FOLDER	54
	ANEXOS	56
	ANEXO A – LISTA NACIONAL DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA	57
	ANEXO B – AUTORIZAÇÃO PARA A ADAPTAÇÃO DO INSTRUMENTO DE SOUSA et al. 2012	58
	ANEXO C – INSTRUMENTO DE SOUSA et al. 2012	60
	ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	62

1 INTRODUÇÃO

As práticas de vigilância epidemiológica na Atenção Básica (AB) à saúde contribuem para a avaliação e o acompanhamento da população assistida, e fornecem subsídios para uma monitorização das situações epidemiológicas para fins de uma melhor adequação e efetivação de ações orientadas pelas políticas públicas do país.

As ações desenvolvidas pelos profissionais da AB de saúde são a base do sistema de saúde nacional e a atuação da equipe de saúde da família é a principal estratégia responsável por avaliar, e conseqüentemente proporcionar mudanças nas práticas de saúde, fundamentadas pelos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS) (MATUMOTO et al., 2011).

Para o Ministério da Saúde (MS), a Política Nacional da Atenção Básica (PNAB), estabelecida pela portaria Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, foi instituída para consolidar a revisão de diretrizes e normas da organização deste nível de atenção. A PNAB é definida como um conjunto de ações voltadas para a promoção e a proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde tendo como objetivo, o desenvolvimento de uma ação integral que reflita na situação de saúde da população e proporcione suas autonomias (BRASIL, 2012).

Atualmente a organização do sistema de saúde nacional direciona aos municípios, através do processo de descentralização, a responsabilidade das ações básicas de saúde por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF). Essas ações devem ser realizadas como forma de garantir a oferta de cuidados individuais e coletivos à saúde, o que inclui as ações de vigilância em saúde nas ESF, entre elas a notificação compulsória. (SOUSA et al., 2012).

Vigilância epidemiológica estabelece como conceito para a notificação, a responsabilidade de comunicar a ocorrência de determinada doença ou agravo a saúde às autoridades sanitárias por profissionais de saúde ou qualquer cidadão para que em seguida sejam aplicadas medidas de intervenção pertinentes (BRASIL a, 2010).

Diante disto, percebe-se que toda sociedade está apta a informar sobre uma ocorrência de doença ou agravo as autoridades, porém, posto que os profissionais frente a ESF têm um contanto mais direto com pessoas da comunidade em situação de vulnerabilidade ou na ocorrência de algum dano a saúde, se faz necessário terem conhecimento sobre o

assunto para que seja garantido uma autonomia no desempenho das práticas de vigilância epidemiológica.

Segundo a Lei Orgânica da Saúde (LOS), 8080/90, as práticas de vigilância epidemiológica visam proporcionar o conhecimento, a identificação ou prevenção das alterações dos fatores determinantes e condicionantes da saúde, com o propósito de intervir especificamente como forma de solucionar um caso, e conseqüentemente prevenir e controlar as doenças ou agravos, através da recomendação e adoção de medidas resolutivas voltadas para a saúde (BRASIL, 1990).

Essas práticas epidemiológicas funcionam nos serviços de saúde como forma de fiscalizar e controlar doenças transmissíveis, não transmissíveis e agravos, de modo que as informações geradas por essa atuação funcionam, na gestão do sistema de saúde, para a definição de prioridades e alocação de recursos, além de estabelecer estratégias que intercedem nos serviços (CRUZ, 2011; ALBUQUERQUE; MOTA; FELISBERTO, 2015).

Os sistemas de informações, voltados para a vigilância epidemiológica, tem por finalidade atender às necessidades de informações de instituições, programas e serviços. Dentre estes, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) trabalha com a notificação compulsória, e é alimentado pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam na lista nacional de doenças de notificação compulsória, podendo ser incluído pelo estado ou município outros problemas de saúde que estão dentro de suas realidades (BRASIL a, 2010).

A notificação se dá a partir do preenchimento do formulário padrão, no qual os profissionais das unidades assistenciais da rede privada, conveniada e pública são os responsáveis pelo preenchimento da Ficha Individual de Notificação (FIN), e a Ficha Individual de Investigação (FII) que é preenchida pelo responsável da notificação, tendo no SINAN como principais indicadores gerados: a taxa ou coeficiente de incidência, taxa ou coeficiente de prevalência e coeficiente de letalidade (BRASIL a, 2010).

Os autores Sousa et al., (2012) em um estudo que visou avaliar o conhecimento dos 147 enfermeiros e dos 135 médicos da atenção básica, de Teresina-PI, sobre Doenças e Agravos de Notificação Compulsória (DANC) no ano de 2010, constataram que a população estudada apresentou uma proporção considerável de respostas corretas sobre o assunto, onde a maior parte destes profissionais demonstrou dominar o conhecimento sobre notificação, evidenciando um percentual de acertos de 78,6% dos enfermeiros e 75,8% dos médicos, quanto a exemplos de DANC também observou-se um percentual de acertos de 43,8% dos

enfermeiros e 30,1% dos médicos, sobre o conhecimento de doença e agravos de notificação compulsória imediata, como, botulismo houve um percentual de acertos de 75,9% dos médicos e 58,3% dos enfermeiros, e quando indagados sobre exemplos de doenças consideradas erradicadas, 14,0% dos enfermeiros e 8,0% dos médicos atestaram que a varíola não foi erradicada. Assim, apesar do alto índice de respostas corretas ainda foi possível identificar falhas de conhecimento nesta área.

Associado a isto, ainda não há estudos publicados sobre o nível de conhecimento dos profissionais da atenção básica do município de Picos-PI. Assim, se faz pertinente o estudo com esta população com fins de identificar o nível de conhecimento sobre vigilância epidemiológica nestes profissionais, impactando diretamente no planejamento das ações a serem desenvolvidas no sistema de saúde municipal.

Diante disto se questiona qual é padrão de conhecimento dos profissionais de nível superior das Estratégias de Saúde da Família sobre as ações de Vigilância Epidemiológica, atuantes em Picos, estado do Piauí?

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Verificar o nível de conhecimento dos profissionais de nível superior das Estratégias de Saúde da Família sobre as ações de Vigilância Epidemiológica, atuantes em Picos, estado do Piauí.

2.2 Específicos

- Estimar o nível de informação de profissionais Médicos, Cirurgiões-dentistas e Enfermeiros sobre Notificação compulsória de doenças e agravos de saúde pública.
- Avaliar o grau de conhecimento desses profissionais sobre o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).
- Correlacionar as variáveis e calcular medidas de associação entre as mesmas.
- Implementar uma intervenção breve após a aplicação do questionário.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Houve ao longo do século XX, durante o processo de continuação da construção da saúde pública no Brasil, várias tentativas de consolidação de um sistema que proporcionasse uma efetiva assistência à saúde da população, que resultaram em constantes reformulações por não serem tão eficientes e acessíveis a todos, e com a implantação do SUS foi possível reconhecer o município como local para tratar de situações setoriais, e assim, desenvolveu-se o processo de descentralização das ações, e com a norma operacional básica 01/96 (NOB 01/96) houve também a descentralização das ações de vigilância epidemiológica, em dezembro de 1999, a partir das portarias ministeriais n.º 1.399 e 950, que regulamentam a função da gestão no desempenho das ações de epidemiologia, prevenção e controle de doenças (SOUZA; COSTA, 2010; ALBUQUERQUE; MOTA; FELISBERTO, 2015).

A fim de compreender este processo apresentamos a seguir uma revisão de literatura sobre: os antecedentes históricos do atual modelo de saúde; o processo de consolidação do SUS; e a Relação entre as ações de Vigilância em Saúde e a atuação da Estratégia Saúde da Família.

3.1 Antecedentes históricos do atual modelo de saúde

Ao longo da história do nosso país houveram vários modelos de saúde desenvolvidos em diferentes momentos. Ainda no Brasil império a partir do sucesso da segunda campanha da febre amarela, em 1850, foi instituído uma defesa sanitária no país, com papel de propor as medidas necessárias para a conservação da saúde pública (COSTA et al., 2011).

Já durante o período da República inicial prevaleceu o modelo sanitarista, centrado em campanhas intervencionistas de controle de epidemias, cujo, prevalece como modalidade de intervenção até hoje no combate as epidemias e endemias (JUNIOR; ALVES, 2007).

No período de Getúlio Vargas foi estabelecido o acesso à saúde como um direito previdenciário, só podendo utilizar os serviços públicos de saúde quem colaborasse com a previdência social. Porém, os sistemas de saúde dessa época eram centrados na prestação de assistência médica separada das ações de saúde coletiva, onde a seguridade social atuava nas

ações curativas individuais e em segundo plano existiam as coletivas, mas de forma postergada (LOBATO; GIOVANELLA, 2012; PAIM et al., 2011).

Esses sistemas previdenciários que prestavam assistência à saúde iniciaram com as caixas de aposentadorias (CAP), vinculadas as empresas, que garantiam nesse primeiro momento apenas a aposentadoria, onde o estado não participava do custeio, e que possuíam administração própria, e posteriormente reformulados em Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP), que residualmente prestava assistência a saúde, construído em categorias profissionais. Com o autoritarismo em 1964 os IAPS foram unificados em Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), mas ainda com a atuação na saúde individual, e o desempenho das ações voltadas para a saúde coletiva eram de responsabilidade dos governos estaduais e do Ministério da Saúde (MS) (JUNIOR; ALVES, 2007; MENICICCI, 2014)

Com as transições dos diferentes modelos de saúde nas últimas décadas houve uma evolução da vigilância em saúde, onde, na década de 70 foi estabelecido pelo MS o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SNVE), elaborando no ano de 1977 o seu primeiro manual. Nesse primeiro momento a vigilância tinha como função apenas notificar e investigar compulsoriamente os agravos infectocontagiosos, gerando informações (BRASIL b, 2010).

Na década de 1980 aconteceram no país várias manifestações populares que gerou um grande clamor coletivo por mudanças políticas, que enfatizavam a redemocratização, e na saúde o clamor era por uma atenção abrangente, democrática e igualitária, o que culminou com o esgotamento do modelo médico assistencial privatista (SOUZA; COSTA, 2010).

3.2 Processo de consolidação do SUS

Em 1986 com a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), que contou com a participação popular de mais de 4000 pessoas, dentre as quais 1000 eram delegados com direito a voz e a voto, começou a estruturar-se o sistema de saúde público participativo e descentralizado, e que se tornou o marco inicial da reforma sanitária brasileira. A CNS abordou temas como: a necessidade de expansão do conceito de saúde e de um novo sistema nacional de saúde e a orientação da política financeira para o setor saúde (SOUZA; COSTA, 2010). No ano de 1987 foi criado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) que trouxe as diretrizes que posteriormente embasariam o SUS, como, a universalização, equidade, descentralização das ações de saúde, implementação de distritos sanitários, além de

propor que os repasses de recursos acontecessem na ordem piramidal, da união para os estados e municípios que já indicava o processo de municipalização que também viria com o SUS (REIS; ARAÚJO; CECÍLIO, 2010).

O país ao voltar ao regime democrático em 1988, apresentou na nova constituição a saúde como um direito de cidadania, e dever do estado em garanti-la. Foi estabelecido que o custeamento do sistema devesse ser essencialmente de recursos governamentais da união, estados e municípios, e as ações governamentais submetidas a órgãos colegiados oficiais, os conselhos de saúde, com representação paritária entre usuários e prestadores de serviços (PAIVA; TEXEIRA, 2014; REIS; ARAÚJO; CECÍLIO, 2010).

Com o SUS em 1990 o conceito de saúde, trazido pela constituição, se consolidou na prática, pois garantia as prestações de serviços públicos com base em um sistema único de regionalização e hierarquização, aparelhado às diretrizes da participação popular, integralidade e descentralização. O surgimento do SUS representou um dos maiores movimentos de inclusão social já visto na história do Brasil, representando em termos constitucionais, uma afirmação política de compromisso do estado para com os direitos dos seus cidadãos (SOUZA; COSTA, 2010).

Segundo Carvalho e Barbosa (2010), o modelo técnico – assistencial que surgira foi ordenado em uma concepção ampliada do processo saúde-doença, que além do acesso ao serviço de saúde é necessário essencialmente uma atuação na formulação e expansão de políticas públicas eficientes, que abranjam, ao contrário do sistema médico-sanitarista, as diversas formas de proporcionar saúde, ou seja, na promoção, prevenção e proteção a saúde, enfatizando o objetivo da integralidade.

Sendo a integralidade, segundo Teixeira (2011), um modelo que dispõe de estabelecimentos, unidades prestadoras de serviços, prestadores de serviço capacitados e os bens necessários, isso para o desempenho de ações de saúde que podem ser inespecíficas de promoção em grupos definidos e ações direcionadas, como as desempenhadas pela vigilância ambiental, vigilância sanitária e a epidemiológica voltadas ao controle de riscos e danos, além do serviço de assistência e recuperação de enfermos.

Entre as várias mudanças que transformaram a saúde pública brasileira ao longo dos anos 90, durante a implementação do SUS, a um destaque para as ações de vigilância em saúde, como, a programação de saúde, que avalia a saúde a partir da situação de adoecimento, vulnerabilidade e risco de morte por doenças e agravos, fornecendo subsídios para os serviços e características epidemiológicas importantes que são utilizadas para programar medidas de

saúde; a promoção da saúde também pressupõe essas ações, de forma a garantir a harmonia entre o método epidemiológico junto à promoção da saúde, evidenciando, por exemplo, a educação em saúde e a autonomia das pessoas em relação aos serviços, considerando dessa forma os determinantes e condicionantes da qualidade de saúde ligados à propagação de conhecimento (BRASIL, 2007).

Com o SUS se fortaleceu a necessidade de mudança no modelo de atenção, onde ainda na primeira década após sua implantação, como forma de garantir a universalidade da assistência, a atenção básica a saúde dá os primeiros passos. Porém nesse primeiro contexto na então atenção primária prevalece a concepção de uma atuação a partir de um conjunto de ações limitadas (SILVA; CASOTI; CHAVES, 2013).

Em relação a sua organização e a oferta de serviços a atenção básica começou sendo impulsionada pelo processo de descentralização e apoiada por programas inovadores, no sentido de propor o acesso universal, coordenar e garantir a cobertura para outros níveis de complexidade do cuidado, além de implementar ações intersetoriais de promoção da saúde e prevenção de doenças. Utilizando para esta consolidação recursos, de financiamento, como, o Piso de Atenção Básica (PAB), e de organização, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e o Programa Saúde da Família (PSF) (PAIM, 2011).

3.3 Reação entre as ações de Vigilância em Saúde e a atuação da Estratégia Saúde da Família

Como forma de intensificar as ações de prevenção e promoção da saúde e aumentar a acessibilidade ao sistema de saúde, em 1994 foi criado o PSF, como uma política nacional da atenção básica (REIS; ARAÚJO; CECÍLIO, 2010).

Por ter sido considerado um instrumento de reorganização do processo de trabalho em saúde, em nível de atenção básica, o PSF, em 1997, passa a ser conceituado como uma estratégia voltada para a reorientação da atenção básica no país. Porém, para que realmente houvesse a transição para a ESF fez-se necessário uma combinação de forças favoráveis às mudanças, além de ações que deveriam se caracterizar pela intersetorialidade, educação permanente, monitoramento, avaliação e estímulo à participação popular. Após o rearranjo operacional do SUS houve a descentralização da vigilância epidemiológica também para o nível municipal (ALBUQUERQUE; MOTA; FELISBERTO, 2015; SILVA; CASOTI; CHAVES, 2013).

O Pacto pela Saúde apresentado pelos gestores do SUS e formulado segundo suas diretrizes, através da portaria 399 GM/MS de 22 de fevereiro de 2006, trouxe três componentes importantes como forma de enfatizar as necessidades de saúde da população, o qual se destaca o Pacto pela Vida, que foi constituído por um conjunto de compromissos sanitários, dentre eles, em que são de relevância para a vigilância epidemiológica destaca-se: As prioridades para com a redução da mortalidade materna, infantil neonatal, infantil por doenças diarreicas e pneumonias; as doenças emergentes e endemias, com ênfase na dengue, hanseníase, malária, tuberculose e influenza, fortalecendo a capacidade de resposta; e consolidar e qualificar a ESF como modelo de atenção básica à saúde e como centro ordenador das redes de atenção à saúde (BRASIL b, 2010).

A PNAB, que estabelece a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica, entre outros conceitos, destacou o da estrutura física da unidade de saúde, da forma de financiamento e da equipe multiprofissional. As unidades devem estar cadastradas no sistema de cadastro nacional vigente, e devem comportar a seguinte estrutura: Recepção, local para arquivos e registros; sala de procedimentos; sala de vacinas; área de dispensação de medicamentos e sala de armazenagem de medicamentos; sala de inalação coletiva; sala de curativos; sala de observação; consultório médico/enfermagem; consultório odontológico e consultório com sanitário; sala multiprofissional de acolhimento a demanda espontânea, entre outras (BRASIL, 2012).

Compete ao enfermeiro da ESF realizar consulta de enfermagem, procedimentos, atividades em grupo, realizar atividades programadas voltadas para a demanda espontânea, colaborar com as atividades de educação permanente da equipe de enfermagem e outros membros da equipe, gerenciamento de insumos para o adequado funcionamento da UBS; Ao médico da ESF cabe as ações de atenção à saúde dos indivíduos sob sua responsabilidade, realizar consulta clínica, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades voltadas para demanda espontânea, fazer respectivos encaminhamentos, indicar se necessário a internação hospitalar ou domiciliar e contribuir com atividades de educação permanente; E o odontólogo da ESF é responsável por realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para planejamento de saúde bucal, realizar a atenção de saúde bucal, realizar procedimentos clínicos da atenção básica de saúde bucal, realizar atividades programadas, desempenhar atividades referente de saúde bucal com os demais membros da equipe desenvolvendo ações multidisciplinar (BRASIL, 2012).

É, ainda, responsabilidade inerente a todos os profissionais da ESF, do ponto de vista organizacional, participar do processo de territorialização, de forma a identificar situações de risco e a vulnerabilidade da população, além de realizar notificação de doenças e agravos de notificação compulsória, e a busca ativa quando necessário. A equipe deve ter uma atuação conjunta, para garantir a propriedade dos dados coletados, promovendo autenticidade em relação ao diagnóstico de saúde, para o planejamento e avaliação das ações. Dentro desse contexto, ações diversas devem ser desempenhadas para que garantam uma atenção integral (FIGUEIREDO, 2011).

A vigilância em saúde funciona de forma a observar e analisar permanentemente as situações de saúde de toda população, desempenhando ações de vigilância, promoção, prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, abordando o controle e vigilância das doenças e agravos transmissíveis, não transmissíveis, da situação de saúde, ambiental em saúde, do trabalhador e sanitária. A relação de integração entre atenção básica e a vigilância em saúde desempenha-se de forma obrigatória para a construção do princípio da integralidade e para se alcançar resultados (BRASIL b, 2010).

Esta associação existente entre a Vigilância em Saúde com a ESF subsidia práticas direcionadas a coletividade, porém de forma concentrada no assistencialismo integral, na análise e intervenção dos fatores de riscos que a população está exposta, além da humanização de se desenvolver ações que proporcionem um vínculo benéfico com todos os envolvidos no sistema de saúde e conseqüentemente forneça conhecimento que garantam a autonomia do usuário no processo saúde-doença (FIGUEIREDO, 2011).

A descentralização de ações de vigilância epidemiológica, como, todo o processo de descentralização da gestão da saúde, sofreram empasses, sendo que ainda nos dias atuais existem desafios referentes à qualidade das ações e a efetividade dos resultados. Porém, é imprescindível o uso efetivo e sistemático das informações da vigilância epidemiológica, de forma a auxiliar a gestão do sistema de saúde e então propor a definição de prioridades para alocação de recursos além de nortear as estratégias de intervenção dos serviços (ALBUQUERQUE; MOTA; FELISBERTO, 2015).

Para a epidemiologia a vigilância epidemiológica é responsável por obter e manusear as informações pertinentes a sua competência de forma fidedigna. Tendo em vista a magnitude existente, e sobre os diferentes aspectos de doenças e agravos à saúde cria-se a necessidade de um domínio sobre as informações, existindo como forma de gerenciamento dessas um sistema específico, o SINAN (ARAÚJO; SILVA, 2015).

4 MÉTODOS

4.1 Tipo de Estudo

A presente pesquisa tratou-se de um estudo exploratório e descritivo. Caracterizando-se como exploratório devido ao objetivo de avaliar o conhecimento dos profissionais de nível superior atuantes na ESF em relação ao tema proposto, de forma a aperfeiçoar o assunto, e descritiva pelo fato de descrever o nível de informação da população sugerida e relacionar os achados para se obter as estimativas relevantes (GIL, 2010).

Segundo o autor Gil (2010) a pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico, entrevista com a população que tenha experiência com as práticas envolvidas na pesquisa e análise de exemplos que ajudam na compreensão da informação. Ainda, de acordo com o autor supracitado (2010) a descritiva é a que estuda as características específicas de um grupo, e procura determinar a natureza da relação entre as variáveis. Por tanto as pesquisas de caráter descritivo e exploratório são mais direcionadas para a avaliação de práticas.

4.2 Local e período da realização do estudo

O estudo foi realizado no período de Março de 2015 a fevereiro de 2016 nas Estratégias de Saúde da Família situadas na cidade de Picos – PI, sendo a fase de coleta de dados realizada após aprovação pelo comitê de ética e pesquisa.

No município de Picos – PI existem 35 Unidades Básicas de Saúde (UBS), que correspondem as 35 Estratégias de Saúde da Família, e em algumas unidades, como, dos Bairros Canto da Várzea, São Vicente, São José e Junco funcionam 2 em um mesmo estabelecimento, sendo que são 25 situadas na zona urbana e 10 na rural (CNES, 2015).

A cidade de Picos, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui uma estimativa populacional de 76.309 habitantes e possui uma área territorial de 577,304 km². Está localizada na região centro-sul do Piauí e é um importante polo comercial do estado, sendo cortada pelas BR 316, 407 e 230, além de ficar muito próximo da BR – 020 (IBGE, 2014)

Quadro 1 – Números de Casos Notificados – Período: 2010 a 2014. Município de Residência Picos, PI, 2016.

AGRAVOS	2010	2011	2012	2013	2014
Acidente por animais peçonhentos	13	37	88	222	285
Acidente Trabalho Exposição a Material Biológico	5	8	8	3	8
Acidente de Trabalho Grave	0	0	0	6	1
AIDS	0	3	7	12	14
Atendimento antirrábico	206	246	346	417	324
Coqueluche	0	0	1	2	10
Criança exposta HIV	0	0	0	0	1
Dengue	267	106	71	9	607
Doença de Chagas Aguda	0	0	0	5	6
Doenças Exantemáticas	2	1	1	1	1
Esquistossomose	1	6	0	0	0
Eventos adversos pós-vacinação	0	2	1	1	4
Febre Tifóide	0	0	0	0	0
Filariose não especificada	0	0	0	0	0
Gestante HIV	0	1	0	2	0
Hanseníase	59	50	26	41	37
Hepatites virais	14	13	8	8	10
Intoxicação Exógena	28	43	58	152	266
Leishmaniose visceral	8	9	7	4	17
Leptospirose	0	2	0	1	0
Malária	1	0	0	0	1
Meningite – Doenças meningocócicas	0	0	0	0	1
Meningite – Outras Meningites	9	2	6	5	2
Sífilis congênita	3	1	6	2	11
Sífilis em gestante	16	13	13	19	34
Sífilis não especificada	0	55	28	50	56
Tétano acidental	0	0	0	0	0
Tuberculose	21	31	22	28	14
Varicela	55	311	88	47	49
Violência doméstica sexual e/ou outras violências	2	5	73	95	152
TOTAL					

Fonte: Sistema de Informação Sobre Agravos de Notificação (SINAN) – SMS Picos, 2010 a 2014.

No município de Picos no período de 2010 a 2014 observa-se uma progressão no número de casos notificados de acidente por animais peçonhentos, intoxicação exógena e violência doméstica sexual e/ou outras violências. Existe ainda uma maior prevalência nas notificações de casos, no ano de 2014, de atendimento antirrábico e dengue. Em relação às doenças transmissíveis com quadro de persistência, como, tuberculose, hepatites virais, leptospirose, observa-se que a quantidade de casos notificados no ano de 2014 não ultrapassam a média dos últimos 5 anos, em contrapartida leishmaniose visceral e malária ultrapassam essa média no mesmo ano. E, nas doenças transmissíveis com tendência declinante, destaca-se a coqueluche que apresenta uma progressão e o tétano acidental que se

apresenta sem a notificação de nenhum caso, também em relação aos últimos 5 anos (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PICOS, 2015).

4.3 População e Amostra

Ao todo, o município de Picos conta com 108 profissionais atuantes na ESF, que estão distribuídos com detalhes no quadro 2, porém ao se enquadrarem nos critérios de inclusão e exclusão foi possível a aplicação da pesquisa em 75 profissionais das Estratégias de Saúde da Família cadastradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), a critério da administração direta do município atuantes das zonas urbanas e rurais.

Quadro 2 Quantitativo de Profissionais de Nível Superior da ESF cadastrados no CNES, Picos, Piauí, 2016.

UBS	Médicos ESF	Enfermeiros ESF	Cirurgiões-dentistas ESF	Total
1	1	1	1	3
2 e 3	2	2	2	6
4	1	1	1	3
5 e 6	3	2	1	6
7	1	1	0	2
8	1	1	1	3
9	1	1	0	2
10	1	1	1	3
11	1	1	1	3
12	1	1	1	3
13	1	1	1	3
14	1	2	1	4
15	2	2	1	5
16	1	1	1	3
17	1	1	1	3
18	1	1	1	3
19	1	1	1	3
20	1	1	1	3

Continuação

UBS	Médicos ESF	Enfermeiros ESF	Cirurgiões-dentistas ESF	Total
21	1	1	1	3
22	1	1	1	3
23 e 24	2	2	2	6
25	1	1	1	3
26	1	1	1	3
27	1	1	1	3
28	1	1	1	3
29	1	1	1	3
30	1	1	1	3
31	2	1	1	4
32	1	1	1	3
33	2	1	1	4
34 e 35	2	2	2	6
TOTAL	39	37	32	108

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES, 2016

Foi estabelecido com critério de inclusão, estar cadastrado no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.

Foi estabelecido como critério de exclusão, não estar atuando na Estratégia Saúde da Família durante o período de coleta de dados na UBS (em férias, sob afastamento ou licença).

4.4 Variáveis de estudo

As variáveis estudadas foram distribuídas e avaliadas, e encontram-se minuciosamente descritas nos parágrafos a seguir:

No Bloco I do formulário (APÊNDICE A) foram avaliadas as variáveis referentes às características pessoais e profissionais dos participantes, distribuídas em:

- Idade;
- Sexo;

- Tempo de formação profissional;
- Especializações em área afins, direcionadas para a atuação na ESF e para o desempenho de ações de vigilância epidemiológica, como, saúde pública, saúde coletiva, saúde da família e epidemiologia;
- Treinamentos nas áreas sugeridas, como, vigilância epidemiológica, análises de situação de saúde, curso básico de vigilância epidemiológica e sistema de informação em saúde;
- Tempo de atuação como profissional da ESF;
- Atuação em outros empregos além da ESF;
- Classificação das ações de vigilância epidemiológica na atenção básica.

No Bloco II do instrumento utilizado, foram agrupadas (APÊNDICE A) as questões, a serem pontuadas em verdadeira ou falsa, direcionadas aos seguintes assuntos:

- Vigilância epidemiológica: A partir de 7 questões elaboradas com base em conceitos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pela a portaria 1.271, de 6 de junho de 2014 (BRASIL a, 2010; BRASIL, 2014).
- DANC: Foi usado a lista nacional de doenças de notificação compulsória, imediata e semanal (ANEXO A), da portaria 1.271, de 6 de junho de 2014, como base e selecionadas 12 doenças de notificação compulsória e 6 doenças de notificação compulsória semanal (BRASIL, 2014).
- SINAN: Para avaliar o conhecimento sobre o Sistema de Informação de Agravos de Notificação foi utilizada 4 questões específicas baseadas em conceitos do Ministério da Saúde, que direcionam para o objetivo do referido sistema, e para o gerenciamento das informações (BRASIL, 2007).

4.5 Coleta de dados

Os dados pertinentes ao estudo foram coletados junto aos profissionais no período de janeiro a fevereiro de 2016. O instrumento que foi utilizado na coleta de dados consta de uma adaptação do instrumento utilizado na pesquisa de SOUSA et al., (2012) (ANEXO C), disponibilizado por a mesma através de solicitação prévia e deferimento registrado por meio digital (ANEXO B), do seu estudo referente ao conhecimento sobre doenças e agravos de

notificação compulsória entre profissionais da ESF no município de Teresina, Estado do Piauí, Brasil – 2010.

Na adaptação foram acrescentadas informações referentes à vigilância epidemiológica, especificamente a conceitos que a define e por outras informações que melhor caracterizam as práticas desenvolvidas (BRASIL a, 2010).

Com base no estudo de SOUSA et al., (2012) foram acrescentadas e modificadas questões sobre DANC, além da utilização do anexo da portaria 1.271, de 6 de junho de 2014 que consta da lista nacional de Notificação Compulsória (ANEXO A), em vigor atualmente (BRASIL, 2014).

Por último foram elaboradas questões sobre o Sistema de Informação de Agravos de Notificação, onde as informações pertinentes foram obtidas no manual SINAN do MS (BRASIL, 2007).

Após a aplicação do formulário foi proposto para os profissionais uma atualização teórica sobre os principais assuntos abordados na pesquisa, além de sanar as dúvidas que propuseram, e ainda foi entregue ao participante um folder (APÊNDICE D) explicativo, que aborda importantes informações sobre vigilância epidemiológica, DANC, SINAN e um levantamento das doenças mais prevalentes no município de Picos nos anos de 2010 a 2014.

3.6 Análises dos dados

Os dados foram analisados através de um pacote estatístico usando o *software Statistical Package for Social Science 20.0 for Windows* (SPSS), e foram calculados medidas de frequência, associação entre as variáveis, tendência central e dispersão. Foram utilizados testes de comparação de médias, inclusive o ANOVA, e o teste Qui-quadrado; para as tabelas 02, 03 e 05 foi usado o teste de Fisher-Freeman-Halton para calcular a significância, como alternativa ao teste Qui-quadrado, quando esse não pode ser utilizado com segurança, a tabela 04 permaneceu com o teste de Qui-quadrado (CONTADOR, 2010).

Ainda, os achados foram confrontados com outros estudos a fim de melhor compreender o fenômeno estudado.

3.7 Aspectos éticos legais

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UFPI – *Campus* Amílcar Ferreira Sobral, sob o parecer positivo nº 1.392.017 (ANEXO D). Foram atendidas as exigências das Diretrizes e Normas da Pesquisa em Seres Humanos – de acordo com a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que rege a pesquisa com seres humanos (BRASIL, 2013).

Foram submetidos à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Picos – PI o Termo de Autorização Institucional (APÊNDICE C) e a todos os participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B) e uma cópia deste projeto de pesquisa, juntamente com todos os esclarecimentos necessários, e de forma detalhada, para o desenvolvimento da pesquisa. Foi preservado o direito ao anonimato e liberdade de participar ou desistir da pesquisa em qualquer momento.

Riscos

A aplicação do formulário poderia acarretar ao participante alguma forma de constrangimento em decorrência da não instrução efetiva sobre o assunto. Para tanto foram minimizados os constrangimentos a partir do local em que ocorrerá a aplicação do formulário, sendo proporcionado que as respostas fossem respondidas em sala particular da unidade de saúde de forma a manter a privacidade e não expor o participante a terceiros. Caso o entrevistado continuasse constrangido, mesmo em sala privada, a coleta seria suspensa para aquele indivíduo, mas o fato não ocorreu.

Benefícios

O estudo proporcionou ao participante após a aplicação do formulário o nivelamento dos itens que houve um menor grau de informação, pois, depois de obtidos os dados necessários ao estudo realizou-se de forma individual uma explicação com embasamento teórico sobre os principais assuntos relacionados ao tema proposto, além de sanar todas as dúvidas que se propuserem.

5 RESULTADOS

O estudo contou com a participação de 75 profissionais, desses, 29 (38,7%) enfermeiros, 25 (33,3%) médicos e 21 (28,0%) cirurgiões-dentistas. Dessa forma, avaliou-se as características que condizem com o participante em relação a pessoa, a formação profissional e atuação do cargo, e procurou relaciona-las com o nível de informação sobre as questões estudadas, além de verificar o conhecimento do profissional sobre as questões de vigilância epidemiológica, doenças e agravos de notificação compulsória imediata e semanal, e Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Na Tabela 1 observa-se a frequência em que as características inerentes aos profissionais estão distribuídas.

Tabela 1 Variáveis da amostra em relação às características pessoais e profissionais dos participantes, Picos, Piauí, 2016.

Variável	n	%
Faixa etária		
23 – 29 anos	14	18,7
30 – 39 anos	34	45,3
40 – 49 anos	18	24,0
50 – 59 anos	9	12,0
Sexo		
Masculino	22	29,3
Feminino	53	70,7
Tempo de formação		
Até 10 anos	35	46,7
11 – 20 anos	27	36,0
> 20 anos	13	17,3
Especialização em áreas afins		
Sim	44	58,7
Não	31	41,3
Treinamentos em áreas sugeridas		
Sim	28	37,3
Não	47	62,7
Tempo de atuação na ESF		
Até 5 anos	27	36,0
6 – 10 anos	25	33,3
> 10 anos	23	30,7
Trabalham em outro local		
Sim	51	68,0
Não	24	32,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A idade dos profissionais variou entre 23 e 59 anos (média±desvio-padrão [DP]: 37,53±8,8 anos), e constatou-se que os enfermeiros são os mais jovens, com uma média±DP: 34,83±8,5 anos ($p = 0,044$). Dentre o total de profissionais a população feminina foi a prevalente, com 53 (70,7%) participantes.

Em relação ao tempo de graduados dos profissionais, evidenciou-se uma média±DP de 12,69±8,3 anos. Constatou-se que os enfermeiros tiveram, significativamente, menor tempo de formação (média±DP: 9,7±6,7 anos; $p=0,013$), seguidos dos médicos (média±DP: 12,9±8,4 anos) e cirurgiões-dentistas (média±DP: 16,6±8,8 anos). Obteve-se que os 35 (46,7%) profissionais que se formaram mais recentemente, em até 10 anos, tiveram uma média maior de acertos nas 29 questões (média±DP: 22,3±3,0 acertos; $p=0,432$), onde: 9 (25,7%) acertaram de 16 a 20 questões, 16 (45,7%) acertaram de 21 a 24 questões e 10 acertaram de 25 a 28 questões.

Ao relacionar os 44 profissionais que tinham especializações em área afins, com os acertos das questões ($p=0,046$), observou-se que 11 (25,0%) dos profissionais acertaram de 16 a 20 questões, 24 (54,5%) de 21 a 24 questões e 9 (20,5%) de 25 a 28 questões. Dentre as formações do tipo *latu sensu*, a de Saúde da Família obteve uma maior representação, respondendo por 24 profissionais com essa especialização, relacionando-os com as questões, foram distribuídos da seguinte forma: 5 (20,8%) acertaram de 16 a 20 questões, 16 (66,7%) acertaram de 21 a 24 questões e 3 (12,5%) acertaram de 25 a 28 questões.

Ao averiguar a relação dos 28 (37,3 %) profissionais que afirmaram ter recebido treinamentos nas áreas sugeridas e os acertos nas questões ($p= 0,870$), observou-se que dentre os 28 profissionais, 8 (28,6 %) acertaram de 16 a 20 questões, 14 (50,0%) acertaram de 21 a 24 questões e 6 (21,4%) acertaram de 25 a 28 questões. Os profissionais que disseram ter treinamento na área de Sistema de Informação de Saúde foram os mais prevalentes, divididos em: 4 (28,6%) profissionais que acertaram de 16 a 20 questões, 7 (50,0%) que acertaram de 21 a 24 questões e 3 (21,4%) que acertaram de 25 a 28 questões.

Ao avaliar o tempo de atuação como profissionais da ESF observou-se uma média±DP de 7,69±4,8 anos de atuação. Identificou-se que os médicos são os profissionais com menor tempo de atuação na ESF (média±DP: 6,5±5,2 anos), seguidos dos enfermeiros (média±DP: 7,8±5,5 anos) e cirurgiões-dentistas (média±DP: 9,0±2,9 anos; $p=0,240$). Constatou-se que os 23 (30,7%) profissionais que trabalham a mais de 10 anos na ESF tiveram uma média de acertos maior (média±DP: 22,5±2,4 acertos; $p=0,670$) nas 29 questões,

onde: 4 (17,4%) acertaram de 16 a 20 questões, 14 (60,9%) acertaram de 21 a 24 questões e 5 (21,7%) acertaram de 25 a 28 questões.

Os 25 profissionais que além da ESF também trabalhavam em Hospital Público, foram os mais prevalentes, e em relação ao percentual de acertos nas questões ($p=0,177$), obteve-se que 3 (12,0%) acertaram de 16 a 20 questões, 17 (68,0%) acertaram de 21 a 24 questões e 5 (20,0%) acertaram de 25 a 28 a questões. De forma significativa e proporcional ao total de profissionais de cada categoria os cirurgiões-dentistas (17) são os profissionais que mais atuam em outros empregos, seguidos dos enfermeiros (19), e por ultimo, os médicos (15) ($p=0,016$).

Quando indagados sobre a importância das ações de vigilância epidemiológica na atenção básica, constatou-se que os 75 (100%) profissionais classificaram-na como indispensáveis.

Em seguida, são apresentadas as associações do nível de conhecimento sobre assuntos propostos em relação aos profissionais a partir dos acertos nas questões discutidas, e analisadas as medidas de comparações entre os itens de cada assunto.

A proporção de acertos dos profissionais em relação às 7 questões de Vigilância Epidemiológica ($p=0,076$) está descrita na tabela 2. O número mínimo de acertos foi 3 e o máximo 7, com uma média \pm DP igual 6,1 \pm 1,0 acertos do total de profissionais.

Tabela 2 Distribuição do número de acertos dos profissionais, segundo o conhecimento sobre Vigilância Epidemiológica, Picos, Piauí, 2016.

Item	Médicos		Enfermeiros		Cirurgiões-dentista		TOTAL		P
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Dever da Vigilância Epidemiológica(V)	24	96,0	27	93,1	18	85,7	69	92,0	0,423
Tipos de dados(V)	25	100,0	29	100,0	20	95,2	74	98,7	0,272
A notificação a partir da confirmação do caso(F)	22	88,0	28	96,6	14	66,7	64	85,3	0,012
Investigação epidemiológica(F)	21	4,0	26	89,7	16	76,2	63	84,0	0,440
Notificação compulsória imediata(V)	22	88,0	26	89,7	16	76,2	64	85,3	0,372

Continuação

Item	Médicos		Enfermeiros		Cirurgiões- dentista		TOTAL		p
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Comunicação de DANC por Cidadãos(V)	14	56,0	20	69,0	13	61,9	47	62,7	0,615
Sigilo da notificação(V)	25	100,0	28	96,6	20	95,2	73	97,3	0,575
Acertaram 4 ou mais questões	25	100,0	29	100,0	19	90,5	73	97,3	0,071
Acertaram menos que 4 questões	0	0,0	0	0,0	2	2,7	2	2,7	

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A questão 02 que cita exemplos de tipos de dados voltados para a vigilância epidemiológica, considerada verdadeira, obteve o maior número de acertos, com 74 (98,7%), e a questão 06 que fala da comunicação de doenças e agravos poderem ser feitas as autoridades competentes por qualquer cidadão, também considerada verdadeira, obteve o menor número de acertos com apenas 47 (62,7%) dos profissionais. Sobre os conceitos que configuram a vigilância epidemiológica constatou-se que houve diferenças significantes entre as médias de acertos dos profissionais, observou-se que os enfermeiros obtiveram uma maior média de acertos (média±DP: 6,3±0,7 acertos), seguidos dos médicos (média±DP: 6,1±0,9 acertos) e cirurgiões-dentistas (média±DP: 5,6±1,2 acertos; p=0,019). O conceito que diz que só se deve fazer a notificação a partir da confirmação de determinada doenças ou agravo apresentou diferenças significativas entre as respostas dos profissionais, sendo os enfermeiros com maior percentual de acertos.

Na tabela 3 avaliou-se a proporção de acertos nas 12 questões sobre doenças de notificação compulsória pelos profissionais (p=0,089). A quantidade mínima de acertos foi 4 (1,3%) e a máxima 12 (9,3%), e resultou em uma média±DP de 9,0±18 acertos do total de profissionais.

Tabela 3 Distribuição do número de acertos dos profissionais, segundo o conhecimento sobre doenças e agravos de notificação compulsória, Picos, Piauí, 2016.

Item	Médicos		Enfermeiros		Cirurgiões- dentista		TOTAL		p
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Acidente por animal peçonhento(V)	17	68,0	24	82,8	13	61,9	54	72,0	0,232
Doença de Creutzfeldt- Jakob(V)	13	52,0	20	69,0	15	71,4	48	64,0	0,305
Alzheimer(F)	24	96,0	28	96,6	20	95,2	72	96,0	0,973
Violência doméstica/sexual(V)	18	72,0	25	86,2	14	66,7	57	76,0	0,237
Gonorreia(F)	13	52,0	24	82,8	12	57,1	49	65,3	0,039
Tricomoníase(F)	18	72,0	26	89,7	10	47,6	54	72,0	0,005
Sífilis Congênita(V)	25	100,0	28	96,6	19	90,5	72	96,0	0,255
Sífilis Adquirida(V)	21	84,0	19	65,5	18	85,7	58	77,3	0,151
Tétano(V)	24	96,0	25	86,2	14	66,7	63	84,0	0,024
Herpes Simples(F)	22	88,0	26	89,7	15	71,4	63	84,0	0,178
Febre Maculosa(V)	21	84,0	21	72,4	13	61,9	55	73,3	0,238
Tentativa de suicídio(V)	16	64,0	10	34,5	7	33,3	33	44,0	0,047
Acertaram 7 ou mais questões	23	92,0	29	100,0	18	85,7	70	93,3	0,129
Acertaram menos que 7 questões	2	8,0	0	0,0	3	14,3	5	6,7	

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O maior número de acertos foi nas questões que considera falso o Alzheimer e considera verdadeira a Sífilis congênita como doenças de notificação compulsória, no qual, 72 (96,0%) profissionais acertaram ambas as alternativas, e o item que teve menor número de acertos foi o que considera verdadeira a Tentativa de suicídio como de notificação compulsória, no qual, apenas 33 (44,0%) profissionais acertaram. Das questões sobre as doenças de notificação compulsória observou-se de forma significativa, ao comparar as médias de acertos, que os enfermeiros obtiveram uma média maior (média±DP: 9,5±1,6

acertos), seguidos dos médicos (média±DP: 9,3±1,7 acertos), e cirurgiões-dentistas (média±DP: 8,1±1,9 acertos; p=0,014). Apresentaram ainda, de forma significativa, diferenças entre os acertos dos profissionais em doenças ou agravos como Gonorreia, Tricomoníase, sendo os enfermeiros com os maiores percentuais de acertos, e Tétano e Tentativa de suicídio, com os médicos com percentuais maiores de acertos.

A tabela 4 apresenta a relação de acertos das 06 questões sobre doenças e agravos de notificação compulsória semanal, com os profissionais (p=0,478). O número mínimo de acertos foi 1 e máximo 6 e uma média±DP de 3,5±1,0 acertos do total de profissionais.

Tabela 4 Distribuição do número de acertos dos profissionais, segundo o conhecimento sobre doença e agravos de notificação compulsória semanal, Picos, Piauí, 2016.

Item	Médico		Enfermeiro		Cirurgião-dentista		TOTAL		P
	n	%	N	%	n	%	n	%	
Acidente de trabalho com exposição a material biológico(V)	15	60,0	23	79,3	14	66,7	52	69,3	0,293
Dengue(V)	18	72,0	27	93,1	18	85,7	63	84,0	0,105
Febre de Chikunguya(F)	7	28,0	9	31,0	3	14,3	19	25,3	0,378
Esquistossomose(V)	15	60,0	19	65,5	11	52,4	45	60,0	0,645
Sífilis Adquirida(V)	14	56,0	13	44,8	13	61,9	40	53,3	0,464
Tétano (F)	15	60,0	16	55,2	12	57,1	43	57,3	0,938
Acertaram mais que 4 questões	10	60,0	19	65,5	9	42,9	38	50,7	0,122
Acertaram menos que 4 questões	15	40,0	10	34,5	12	57,1	37	49,3	

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O maior número de acertos foi na questão que considera correta a Dengue como doença de notificação compulsória semanal, com 84 (63,0%) acertos, e a questão que apresentou menor número de acertos foi a que considera verdadeira a Febre chikunguya, com apenas 19 (25,3%) acertos. Ao comparar as médias de acertos dos profissionais constatou-se

que não houve significância nas diferenças de médias ($p=0,379$), pois as variações de acertos dentre os profissionais foram pequenas, onde todos apresentaram um baixo conhecimento sobre essas questões, a partir de uma proporção de erros, desses, os enfermeiros tiveram uma maior média (média±DP: $3,7\pm 1,0$ acertos), seguido dos cirurgiões-dentistas (média±DP: $3,4\pm 0,9$ acertos), e médicos (média±DP: $3,4\pm 1,0$ acertos).

A distribuição do número de acerto das 4 questões sobre o Sistema de Informação de Agravos de Notificação pelo total de profissionais ($p=0,720$) está disposta na tabela 5. O número mínimo de acertos foi 2 questões e máximo 4, e uma média±DP de $3,5\pm 0,7$ acertos do total de profissionais.

Tabela 5 Distribuição de acertos dos profissionais, segundo o conhecimento sobre o SINAN, Picos, Piauí, 2016.

Item	Médico		Enfermeiro		Cirurgião-dentista		TOTAL		p
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Objetivo SINAN(F)	17	68,0	25	86,2	17	81,0	59	78,7	0,254
Fluxo da Ficha									
Individual de	23	92,0	27	93,1	21	100,0	71	94,7	0,433
Investigação(V)									
Coleta de dados pela									
ficha individual de	24	96,6	28	96,6	21	100,0	73	97,3	0,665
investigação(V)									
Inclusão de problemas									
de saúde estaduais e	23	92,0	17	58,6	17	81,0	57	76,0	0,014
municipais									
importantes(V)									
Acertaram mais que 3	22	88,0	27	93,1	18	85,7	67	89,3	
questões									0,681
Acertaram menos que 3	3	12,0	2	6,9	3	14,3	8	10,7	
questões									

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O maior número de acertos pelos profissionais foi na questão que afirma que dados podem ser obtidos a partir da Ficha Individual de Investigação, considerada verdadeira, com 73 (97,3%) acertos, e a que teve o menor número de acertos foi a que afirma que é facultado aos Estados e Municípios a inclusão de problemas de saúde de sua realidade ao sistema de notificação, também considerada verdadeira, com apenas 57 (76,0%) acertos. Ao comparar a média de acertos dos profissionais constatou-se uma não significância entres essas médias ($p=0,379$), devido uma pequena variação entres os acertos, no quais os cirurgiões-dentistas tiveram uma média maior (média±DP: $3,6\pm 0,7$ acertos), seguido dos médicos (média±DP: $3,48\pm 0,7$ acertos), e enfermeiros (média±DP: $3,3\pm 0,6$ acertos). Apresentou diferença significativa nos acertos dos profissionais em relação ao item que afirma que é facultado aos estados e municípios incluírem outros problemas de sua realidade, com o maior percentual de acertos dos médicos.

Apresentou-se variações consideráveis no nível de conhecimento dos profissionais, e ao comparar as médias de acertos das 29 questões do Bloco II do formulário, entre eles ($p=0,009$) observa-se que os enfermeiros foram os que obtiveram o maior número de questões corretas (média±DP: $22,9\pm 2,5$ acertos), seguido dos médicos (média±DP: $22,28\pm 2,2$ acertos) e cirurgiões-dentistas (média±DP: $20,8\pm 2,8$ acertos).

Em assuntos como vigilância epidemiológica há a maior proporção de acertos tendo em vista que 97,3% dos profissionais acertaram mais do que 4 questões, configurando um bom entendimento sobre assunto; no que se refere ao entendimento de doenças consideradas de notificação compulsória destaca-se também um bom entendimento sobre o assunto já que os 93,3% dos profissionais acertaram mais do que 7 questões; no assunto que aborda o SINAN 89,3% dos profissionais acertaram mais do que 3 questões configurando um entendimento razoável; já em relação as doenças de notificação compulsória semanal apresentou-se que apenas 50,7% dos profissionais acertaram mais do que 4 questões configurando baixo entendimento sobre assunto, que caracteriza-se, principalmente, a não atualização dos profissionais sobre o assunto, já que a referida forma de notificação é atual a partir da portaria vigente, sendo necessário a ampliação de pesquisas nessa área.

6 DISCUSSÃO

O presente estudo avaliou o conhecimento dos profissionais de nível superior atuantes das ESF do município de Picos, sobre vigilância epidemiológica e procurou estimar o conhecimento destes, a fim de comparar os resultados para avaliar a capacidade de exercerem as respectivas ações de vigilância à saúde. Trata-se de uma pesquisa inédita, necessária, tendo em vista que o sistema de saúde nacional também direciona a essa população responsabilidades epidemiológicas que refletem nos determinantes e condicionantes da saúde.

A principal fonte de dados de comparação dessa pesquisa foi o estudo realizado por Sousa et al., (2012), no município de Teresina que avaliou o conhecimento de médicos e enfermeiros das ESF sobre doenças e agravos de notificação compulsória no ano de 2010, o autor supracitado relata que para o desencadeamento de ações de vigilância em saúde é necessário principalmente ter a notificação compulsória como elemento principal em suas ações e a ESF como meio notável de captação de enfermidades de interesse sanitário, o que vai em consonância com a presente pesquisa (SOUSA et al., 2012).

Foi possível identificar na presente pesquisa que os profissionais têm um bom embasamento teórico sobre o assunto de vigilância epidemiológica e doenças e agravos de notificação compulsória, um conhecimento razoável sobre os conceitos de SINAN que foram apresentados e um baixo conhecimento sobre as doenças e agravos de notificação compulsória semanal, no qual, essa última forma de notificação, só foi estabelecida a partir da portaria 1.271, de 6 de junho de 2014, o que pode ter colaborado para baixo percentual de acertos sobre esse assunto, devido ser uma forma de notificação recente e ainda existe o desconhecimento por parte de alguns profissionais sobre a mesma. Ainda nessa pesquisa foi relatado pelos profissionais a não acessibilidade a essa portaria, vigente, que se encontra disponível na internet (BRASIL, 2014).

No estudo realizado por Silva et al., (2015), no município de Teresina que analisou as ações dos enfermeiros na prevenção da sífilis congênita na Estratégia Saúde da Família, ao avaliar o conhecimento sobre a doença na gestação observa-se que a maioria dos profissionais tinham conhecimento do manual do Ministério da Saúde acerca da prevenção da Sífilis Congênita, no qual era disponibilizado pela secretaria municipal de saúde, ressaltando assim a importância da disponibilização de materiais atualizados para o manejo de práticas, por parte da gestão municipal.

Observa-se também na presente pesquisa que os médicos e os enfermeiros tem um embasamento teórico sobre os temas estudados maiores do que os cirurgiões-dentistas que também tem responsabilidades sobre ações de vigilância a saúde, e devem traçar o perfil epidemiológico da população atendida, e como todos os integrantes das equipes de Saúde da Família, devem ser parte nas ações de busca ativa e notificação de doenças e agravos, e de outras situações de importância local (BRASIL, 2012; FIGUEIREDO, 2011).

Segundo os autores Moysés et al., (2013), a saúde bucal tem a sua funcionalidade estratégica no sistema de saúde, e deve contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e organizacional das práticas de vigilância em saúde, que aborda dentre outras a vigilância epidemiológica, visando conhecer e atuar sobre os níveis de saúde da população, fazendo-se necessário uma autonomia sobre o assunto e conseqüentemente o desempenho dessas ações.

Em um estudo qualitativo com o objetivo de identificar e analisar as práticas de vigilância na atenção básica, realizado em um território do município de São Paulo, que avaliou gerentes e trabalhadores da saúde atuantes junto à vigilância epidemiológica, é observado a partir dos depoimentos feitos que os profissionais da saúde consideram as ações de vigilância como as da vigilância epidemiológica clássica, e a mesma consiste em ações de recebimento de notificações de doenças de notificação compulsória, na visita domiciliar, estabelece medidas terapêuticas, sanitárias, além de outras direcionadas à melhoria das condições de saúde, no âmbito da multifatorialidade/multicausalidade. Ainda nesse estudo observa-se que o enfermeiro é prioritariamente quem assume a condução das ações de vigilância, gerencia, e supervisionam o trabalho sendo o responsável por capacitar os agentes comunitários e auxiliares de enfermagem. Dessa forma faz-se necessário uma autonomia teórico/prático das informações pertinentes ao assunto (FARIA; BERTOLOZZI, 2010).

Na pesquisa dos autores Sousa et al., (2012), ao usar um formulário com questões sobre DANC, notou-se que os médicos apresentaram maior proporção de acertos (94,5%) do que os enfermeiros (88,9), em relação ao item que avalia a necessidade de notificar casos suspeitos, para não se perder a oportunidade de se intervir eficazmente. Dessa forma, oposta ao presente estudo, em que os enfermeiros apresentaram um maior percentual de acertos em um item similar (Tabela 2).

De acordo com Bezerra et al., (2009), ao avaliar o desenvolvimento de ações de vigilância epidemiológica, classificadas como parcialmente implantadas na ESF, no Recife – PE, observou que a maior parte das equipes de saúde da família não realiza investigação dos

casos de dengue e óbitos maternos. Em relação ao item que dispõem do sigilo da notificação ser preservada só podendo ser divulgada fora do âmbito médico-sanitário em caso de risco para a população, nota-se, também, que os médicos obtiveram maior proporção de acertos (96,6%) em relação aos enfermeiros (92,4%), sendo a relação de resultados consoante com o presente estudo (Tabela 2) (BEZERRA et al., 2009; SOUSA et al., 2012).

No estudo de Sousa et al., (2012) observa-se que os profissionais tem um bom conhecimento quantos aos exemplos de DANC, com alta proporção de acertos (> 90,0%) para grupo de doenças transmissíveis, sem diferenças significantes entre enfermeiro e médicos, tais resultados são similares ao presente estudo.

No presente estudo as doenças transmissíveis tiveram um maior percentual de acertos (> 70,0%) comparados ao estudo de Sousa et al., (2012), como, Sífilis Congênita (96,0%), Herpes Simples (84,0%), Tétano (84,0%), Sífilis Adquirida (77,3%), Febre Maculosa (73,3%) e Tricomoníase (72,0%), já as outras obtiveram resultados menores de acertos (< 70,0%) como, Gonorreia (65,3%) e Doença de creutzfeldt- jakob (DCJ) (64,0%), podendo ser atribuído os resultados da gonorreia a modificação que ocorreu com a atualização da portaria N° 104, de 25 de janeiro de 2011, em que se notificava a síndrome do corrimento uretral masculino, e na portaria vigente não a notifica mais; já em relação aos resultados da DCJ, pode-se atribuir ao fato dos profissionais não conhecerem a doença; em relação aos agravos não transmissíveis o supracitado, observa que a proporção de acertos foi reduzida (< 70,0%), ao comparar com o presente estudo observa-se que a violência doméstica/sexual (76,0%) e acidentes por animais peçonhentos (72,0%) encontram-se divergentes, mas a tentativa de suicídio (44,0%) permanece equiparável com a pesquisa realizada em Teresina - PI.

As doenças de notificação compulsória semanal são conceituadas como aquelas que poderão ser notificadas em até 7 dias, e em decorrência de ser uma forma de notificação atual estimada pela portaria N° 1.271 de junho de 2014, não foram encontrados estudos direcionados ao assunto, observa-se um déficit de conhecimento em relação ao tópico, onde apenas um dos itens apresentou mais do que 70 % de acertos, a dengue (84,0%), já as outras doenças tiveram o percentual de acertos abaixo de 70 %, destacando-se a febre chikunguya com apenas 25,3% de acertos (BRASIL, 2014).

O presente estudo também avalia o conhecimento sobre conceito que tratam do SINAN, sobre o assunto verificou-se um bom entendimento sobre esse sistema de gerenciamento de informações, e em todos os itens obteve-se percentuais de acertos maiores

do que 70,0%, e apresentou apenas um item com diferença significativa entre os acertos dos profissionais, que foi o que afirma que é facultado aos estados e municípios acrescentarem ao sistema de gerenciamento de doenças e agravos de notificação compulsória problemas de suas realidades.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao avaliar o discernimento teórico sobre as ações de vigilância epidemiológicas nos profissionais das Estratégias Saúde da Família, foi possível estimar o quanto eles são capacitados para o desempenho dessas funções, uma vez que efetuadas de forma eficaz colaboram com as análises epidemiológicas do território, sendo isso um importante indicador para o processo saúde-doença.

De um modo geral sobre as informações das práticas de vigilância epidemiológica obtiveram ótimos percentuais de acertos nas questões, principalmente em profissionais que se formaram mais recentemente, e os que atuam a um tempo maior como profissional da ESF, porém de forma inesperada observa-se que não houve grande relevância ao relacionar o conhecimento dessas ações com as especializações em área afins e os treinamentos pertinentes ao assunto, configurando não existir relação.

Pode-se observar um bom nível de informação voltado para o manejo de práticas, como, as formas de notificação existentes, o processo de investigação de doenças e agravos, além de conceitos que definem a vigilância epidemiológica, porém em relação a participação popular em ações de vigilância epidemiológica apresentou-se um baixo conhecimento. Em relação a análise das doenças de notificação compulsória foi identificado um bom conhecimento em relação as doenças transmissíveis, destacando-se também bom conhecimento sobre algumas Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Nas doenças de notificação compulsória semanal foi onde houve o menor percentual de acertos, o que caracteriza também falta de conhecimento sobre a periodicidade da notificação e de atualização sobre o assunto. E o conhecimento sobre SINAN também apresentou um bom entendimento por parte dos profissionais, havendo apenas uma pequena deficiência, de modo geral, nas informações relacionadas ao direito do município de incluírem ao sistema de notificação os problemas de saúde que são inerentes ao Município ou ao Estado.

A presente pesquisa ainda possibilitou uma atualização sobre o assunto a partir de embasamento teórico direcionado para os assuntos discutidos no formulário, foram abordados os assuntos de forma resumida, e de modo que não ocupasse muito tempo dos profissionais, dessa forma foi possível fazer esclarecimentos e conversar sobre as dificuldades encontradas nessa área de atuação dentro da ESF, bem como o que seria possível melhorar.

Identificou-se que 100 % dos profissionais relataram que as atividades de vigilância epidemiológica dentro da ESF são de fundamental importância, classificando-as

como indispensáveis, no formulário, porém notou-se que os profissionais não se preocupavam em buscar atualização, e outros, relataram ser de responsabilidade apenas da enfermeira da unidade essas práticas. Foi elaborado um folder (APÊNDICE D), contendo algumas informações sobre vigilância epidemiológica, doenças e agravos de notificação compulsória, SINAN e um levantamento da situação epidemiológica do município no período de 2010 a 2014, e entregues para os participantes.

É importante a continuidade dos estudos sobre essas questões, pois diante deste cenário cabem aos profissionais da ESF, principalmente os de nível superior que são capacitados durante a formação, discernimento teórico/prático para identificar as doenças ou agravos de notificação compulsória, como, de outros problemas caracterizados pela realidade loco-regionais, e fazer o respectivo encaminhamento para o sistema de gerenciamento das informações pertinentes, para que este processo seja revertido em políticas de melhoria para saúde.

É recomendado que enfatizem ainda mais os assuntos abordados nesse estudo para que se continue a procurar a excelência dessas práticas no âmbito do SUS, devendo esta pesquisa servir como base para futuras pesquisas que avaliam o conhecimento como forma de estimar a capacidade de profissionais de desempenharem suas funções em uma determinada área de atuação, além de estimular pesquisas ousadas e inovadoras que tenham relação direta na construção de uma saúde pública de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. C.; MOTA, E. L. A.; FELISBERTO, A. Descentralização das ações de vigilância epidemiológica em Pernambuco, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. v.31, n.4, p.861-873, 2015.
- ARAÚJO, M. M. P.; SILVA, C. G. A importância do sistema de informação de agravos de notificação - SINAN para a vigilância epidemiológica do Piauí. **RICS**. Teresina, 2015.
- BEZERRA, et al. A vigilância epidemiológica no âmbito municipal: avaliação do grau de implantação das ações. **Cad. Saúde Pública**. v.25, n.4, p.827-839. Rio de Janeiro, 2009
- BRASIL. Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1990. p. 18055.
- _____. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Normas e Rotinas**. Brasília, 2007.
- _____ a. Ministério da Saúde. **Doenças Infecciosas e Parasitárias**. Brasília, 2010.
- _____ b. Ministério da Saúde. **Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde**. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, 2012.
- _____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466/12**. Brasília, 2013.
- _____. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 1.271, DE 6 DE JUNHO DE 2014**. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Brasília, 2014.
- CARVALHO, A. I.; BARBOSA, P. R. Políticas de saúde: fundamentos e diretrizes. **Departamento de Ciências da Administração / UFSC**. Florianópolis, 2010.
- CONTADOR, J. L.; SENNE, E. L. F. Novo teste não paramétrico para pequenas amostras de variáveis categorizadas. **SIMPOI**. São Paulo, 2010.
- COSTA, Z. G. A. et al. Evolução histórica da vigilância epidemiológica e do controle da febre amarela no Brasil. **Rev Pan-Amaz Saúde**. v.2, n.1, p.11-26. Brasília, 2011.
- CRUZ, V. Vigilância Epidemiológica. **Núcleo Hospitalar Epidemiológico – HUGO**., v. 1, ed. 1, p. 1-2, out. 2011.

CNES. **Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde**. Disponível em: <http://cnes2.datasus.gov.br/Lista_Es_Municipio.asp?VEstado=22&VCodMunicipio=220800&NomeEstado=PIAUI> Acesso em: 15 de dez. de 2015.

FARIA, L. S.; BERTOLLOZI, M. R. A vigilância na Atenção Básica à Saúde: perspectivas para o alcance da Vigilância à Saúde. **Rev Esc Enferm USP**. v.44, n.3, p.789-795. São Paulo, 2010.

FIGUEIREDO, E. N. A Estratégia Saúde da Família na Atenção Básica. **UNASUS**, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo; Atlas, 2010.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=220800>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

JUNIOR, A. G. S.; ALVES, C. A. Modelos Assistenciais em Saúde: desafios e perspectivas. **Modelos de Atenção e a Saúde da Família**. p.27-41. Rio de Janeiro, 2007.

LOBATO, L. V. C.; GIOVANELLA, L. Sistema de Saúde: Origens, Componentes e Dinâmicas. **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro, 2012.

MATUMOTO, S. et al. A prática clínica do enfermeiro na atenção básica: um processo em construção. **Rer. Latino-Am. Enfermagem**., v. 19, n. 1, jan./fev. 2011.

MENICUCCI, T. M. G. História da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde: mudanças, continuidades e a agenda atual. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.21, n.1, p.77-92, Rio de Janeiro, jan.-mar 2014.

MOYSES, et al. Avanços e desafios à Política de Vigilância à Saúde Bucal no Brasil. **Ver. Saúde Pública**. v.47, n.3, p.161-167. Curitiba, 2013.

PAIM, J. et al. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **Centro de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica**. Rio de Janeiro, 2011.

PAIVA, C. H. A.; TEXEIRA, L. A. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, jan.-mar. 2014, p.15-35.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PICOS (PI), **Vigilância Epidemiológica** 2015.

REIS, D. O.; ARAÚJO, E. C.; CECÍLIO, L. C. O. Políticas públicas de saúde: Sistema Único de Saúde. **UNASUS**. 2010

SILVA, L. A.; CASSOTI, C. A.; CHAVES, S. C. L. A produção científica brasileira sobre a Estratégia Saúde da Família e a mudança no modelo de atenção. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.18, n.1, p.221-232, Bahia, 2013.

SILVA, et al., Prevenção da Sífilis Congênita pelo Enfermeiro na Estratégia Saúde da Família. **Revista Interdisciplinar**. v.8, n.1. Teresina, mar. 2015.

SOUSA, S. P. O. et al. Conhecimento sobre doenças e agravos de notificação compulsória entre profissionais da Estratégia Saúde da Família no Município de Teresina, Estado do Piauí, Brasil – 2010. **Epidemiol. Serv. Saúde.**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 465-474, jul./set. 2012.

SOUZA, G. C. A.; COSTA, I. C. C. O SUS nos seus 20 anos: reflexões num contexto de mudanças. **Saúde Soc.** v.10, n.19, p.507-517, São Paulo, 2010.

TEXEIRA, C. Os princípios do sistema único de saúde. **Texto de apoio elaborado para subsidiar o debate nas Conferências Municipal e Estadual de Saúde – Salvador.** Bahia, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS

**AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA**

Número do Formulário

[]

Bloco I – Características dos entrevistados

1. Qual a sua idade? _____ anos
2. Qual a sua expressão de gênero?
1. () Masculino
 2. () Feminino
 3. () Outra? Descrever _____
3. Tempo de formação profissional? _____ anos
4. Você possui especialização em uma das seguintes áreas? Se sim, em qual ano concluiu?
- (Permitido assinalar mais de uma alternativa)
1. () Não
 2. () Sim – Saúde Pública. Ano: _____
 3. () Sim – Saúde Coletiva. Ano: _____
 4. () Sim – Saúde da Família. Ano: _____
 5. () Sim – Epidemiologia. Ano: _____
 6. () Sim – Outra. Qual? _____. Ano: _____
5. Nos últimos anos você participou de algum curso ou treinamento em uma das seguintes áreas? Se sim, há quanto tempo? (Permitido assinalar mais de uma alternativa)
1. () Não
 2. () Sim – Vigilância Epidemiológica. _____
 3. () Sim – Análise de situação de saúde. _____
 4. () Sim – Curso básico de Vigilância Epidemiológica. _____
 5. () Sim – Sistema de Informação em Saúde. _____
6. Há quanto tempo você atua como profissional da Estratégia Saúde da Família?
- _____
7. Você trabalha atualmente em outro local, além da Estratégia Saúde da Família?
- (Permitido assinalar mais de uma alternativa)
1. () Não
 2. () Sim, em hospital público
 3. () Sim, em hospital privado
 4. () Sim, docente do ensino superior

<p>5. () Sim, docente do ensino médio/técnico</p> <p>6. () Outro local. Qual? _____</p>																																		
<p>8. Como você classifica as ações de Vigilância Epidemiológica na Atenção básica?</p> <p>1. () Indispensáveis, pois é na ESF o principal contato com a população</p> <p>2. () De pouca importância, já que existe um número pequeno de casos de agravos e doenças nesse nível de atenção</p> <p>3. () Não necessita de atenção minuciosa, pois é de responsabilidade da coordenação da vigilância epidemiológica desempenhar as respectivas ações</p>																																		
<p>Bloco II – Conhecimento sobre Vigilância Epidemiológica (V.E), Doenças e Agravos de Notificação Compulsória e SINAN.</p>																																		
<p>Julgue os itens e assinale com um X nas colunas se V(verdade) ou F(falso)</p>		<table border="1"> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> </table>	V	F																														
V	F																																	
<p>- A V.E tem como propósito fornecer orientação técnica permanente para os responsáveis decidirem sobre a execução de ações de controle de doenças e agravos.</p>																																		
<p>- São tipos de dados: Morbidade, mortalidade, dados demográficos e ambientais, notificação de surtos e epidemias.</p>																																		
<p>- Deve-se fazer a notificação somente a partir da confirmação do determinado evento ou agravo à saúde.</p>																																		
<p>- A investigação epidemiológica consiste em um estudo de campo realizado apenas a partir de casos e portadores clinicamente declarados.</p>																																		
<p>- Notificação compulsória imediata (NCI) é a notificação compulsória realizada em até 24 (vinte e quatro) horas, a partir do conhecimento da ocorrência de doença, agravo ou evento de saúde pública, pelo meio de comunicação mais rápido disponível.</p>																																		
<p>- A comunicação de doença, agravo ou evento de saúde pública de notificação compulsória pode ser realizada à autoridade de saúde por qualquer cidadão que deles tenha conhecimento.</p>																																		
<p>- A notificação deve ser sigilosa, só podendo ser divulgada fora do âmbito médico-sanitário em caso de risco para a comunidade, respeitando-se o direito de anonimato dos cidadãos.</p>																																		
<p>- De acordo com a portaria nº 1.271, de 6 junho de 2014 são considerados doenças ou agravos de notificação compulsória:</p> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center;"> <table border="1"> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table> </td> <td style="width: 50%; text-align: center;"> <table border="1"> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table> </td> </tr> <tr> <td style="width: 50%;"> <p>-Acidente por animal peçonhento</p> <p>-Doença de Creutzfeldt-Jakob</p> <p>-Alzheimer</p> <p>-Violência doméstica/sexual</p> <p>-Gonorréia</p> <p>-Tricomoníase</p> </td> <td style="width: 50%;"> <p>-Sífilis congênita</p> <p>-Sífilis Adquirida</p> <p>-Tétano</p> <p>-Herpes Simples</p> <p>-Febre maculosa</p> <p>-Tentativa de suicídio</p> </td> </tr> </table>		<table border="1"> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	V	F	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<table border="1"> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	V	F	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<p>-Acidente por animal peçonhento</p> <p>-Doença de Creutzfeldt-Jakob</p> <p>-Alzheimer</p> <p>-Violência doméstica/sexual</p> <p>-Gonorréia</p> <p>-Tricomoníase</p>	<p>-Sífilis congênita</p> <p>-Sífilis Adquirida</p> <p>-Tétano</p> <p>-Herpes Simples</p> <p>-Febre maculosa</p> <p>-Tentativa de suicídio</p>	
<table border="1"> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	V	F	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<table border="1"> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </table>	V	F	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>					
V	F																																	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																	
V	F																																	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																	
<p>-Acidente por animal peçonhento</p> <p>-Doença de Creutzfeldt-Jakob</p> <p>-Alzheimer</p> <p>-Violência doméstica/sexual</p> <p>-Gonorréia</p> <p>-Tricomoníase</p>	<p>-Sífilis congênita</p> <p>-Sífilis Adquirida</p> <p>-Tétano</p> <p>-Herpes Simples</p> <p>-Febre maculosa</p> <p>-Tentativa de suicídio</p>																																	
<p>- De acordo com a legislação vigente (portaria nº 1.271, de 6 junho de 2014) são</p>																																		

considerados doenças e agravos de notificação compulsória semanal:			
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	-Acidente de trabalho com exposição a material biológico	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	-Dengue	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	-Febre de Chikunguya	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
-Esquitossomose			
-Sífilis Adquirida			
-Tétano			
- O SINAN tem por objetivo o registro e processamento dos dados sobre agravos de notificação em todo território nacional, fornecendo informações para análise do perfil de morbidade para a tomada de decisões em nível apenas municipal.			
- A Ficha Individual de Notificação (FIN) deve ser encaminhado aos serviços responsáveis pela informação e/ou vigilância epidemiológica das Secretárias Municipais, que devem repassar semanalmente os arquivos em meio magnético para as Secretarias Estaduais de Saúde (SES).			
- Os dados também podem ser coletados a partir da Ficha Individual de Investigação (FII).			
- É facultado aos estados e municípios incluírem outros problemas de saúde, importantes em sua região.			

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM**

Título do estudo: Avaliação do conhecimento sobre Vigilância Epidemiológica na Estratégia Saúde da Família

Pesquisador Responsável: Prof. Me Marcos Renato de Oliveira

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí/ Departamento de Enfermagem

Telefone para contato: (89) 9989-4834

Locais da coleta de dados: Unidades Básicas de Saúde da cidade de Picos-PI

Prezado(a) Senhor(a), você está sendo convidado(a) à participar desta pesquisa de forma totalmente **voluntária**. Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes de você decidir participar. Você tem o direito de **desistir** de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito. **Os Objetivos do estudo são: Geral** Verificar o nível de conhecimento dos profissionais de nível superior das Estratégias de Saúde da Família sobre as ações de Vigilância Epidemiológica em Picos, estado do Piauí. **Específicos** - Estimar o nível de informação de profissionais Médicos, Odontólogos e Enfermeiros sobre Notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública; Avaliar o grau de conhecimento desses profissionais sobre o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN); Propor após aplicação do formulário, de forma individual, com base nas necessidades uma explicação a partir de referencial teórico sobre assunto abordado; Correlacionar as variáveis e calcular medidas de associação. **Procedimentos:** Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas em responder as perguntas do formulário que aborda questões sobre vigilância epidemiológica, doenças e agravos de notificação compulsória e SINAN, concedendo apenas o número de telefone para agendamento de dia viável para o encontro com o pesquisador para a aplicação do instrumento. **Benefícios:** O estudo proporcionará ao participante após a aplicação do formulário o nivelamento dos itens que houver um menor grau de informação, pois, depois de obtidos os dados necessários ao estudo aplicar-se-á de forma individual uma explicação com embasamento teórico sobre os principais assuntos relacionados ao tema proposto, além de sanar todas as dúvidas que se propuserem. **Riscos:** A aplicação do formulário poderá acarretar ao participante alguma forma de constrangimento em decorrência da não instrução efetiva sobre o assunto. Serão minimizados os constrangimentos a partir do local em que ocorrerá a aplicação do formulário, sendo proporcionado que as respostas sejam respondidas em sala particular da unidade de saúde de forma a manter a privacidade e não expor o participante a terceiros. Porém caso o entrevistado continue constrangido, mesmo em sala privada, a coleta será suspensa para aquele indivíduo. **Sigilo:** As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os participantes da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Local e data: _____

Assinatura: _____ N. identidade: _____

Prof. Me. Marcos Renato de Oliveira
Pesquisador responsável

Pesquisador assistente Alan Alencar Freire
Acadêmico de enfermagem

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa - UFPI. Campus Universitário Amílcar Ferreira Sobral – Bairro Meladão. Pró Reitoria de Pesquisa - PROPESQ. CEP: 64.800.000 – Floriano - PI. – Floriano - PI, tel.: (89) 3522-2716 - email: cep.ufpi@ufpi.br
web: www.ufpi.br/cep.

APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS
Secretaria Municipal de Saúde
COORDENAÇÃO DO PSF



AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Venho por meio deste, solicitar autorização para realização da pesquisa intitulada: "AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA", que tem como objetivo principal (geral): Verificar o nível de conhecimento dos profissionais de nível superior das Estratégias de Saúde da Família sobre as ações de Vigilância Epidemiológica em Picos, estado do Piauí. Esse estudo tem por pesquisadora responsável Marcos Renato de Oliveira, Professor do curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí campus de Picos (CSHNB), e pesquisador assistente o acadêmico do 9º período, da mesma instituição, Alan Alencar Freire. A população a ser investigada será constituída por Médicos, Enfermeiros e Odontólogos atuantes da Atenção Básica nas Estratégias de Saúde da Família, cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.

OBS: É necessário o carimbo e a assinatura.

Picos, 03 de agosto de 2015.


Amanda Gonçalves Portela Paes Landim

Coordenadora do PSF.



Rua Marcos Parente, 641 Centro
CEP: 64.600-106 Picos-PI

APÊNDICE D – FOLDER

<p>VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA</p> <p>A vigilância epidemiológica nos serviços de saúde funciona de forma a utilizar a epidemiologia para fiscalizar e controlar as doenças transmissíveis, não transmissíveis e agravos (CRUZ, 2011).</p>		<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- CSRRN</p> <p>CURSO DE GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM</p> <p>PEQUENADOR RESPONSÁVEL: MARCOS REINATO DE OLIVEIRA</p> <p>PEQUENADOR ASSISTENTE: ACADEMICO DE ENFERMAGEM DO 1º PERÍODO ALUNO ALENCAR FREIRE</p>	<p>Tel: 80 3422-4500 Cel: 0800880880-80 0950-4834 E-mail: alan_csrn@hotmail.com</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS SEM. RELVÍDIO MURBES DE BARROS</p> <p>CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM</p>		<p>AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA</p>	<p>PICOS (PPI), 2016</p>
---	--	--	---	--	---	---	--------------------------

CONCEITOS GERAIS SOBRE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

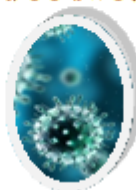


V. E segundo a LOS é um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde.

A função segue a uma ordem sequencial:

- ⇒ Coleta de dados
- ⇒ Análise e interpretação de dados
- ⇒ Investigação Epidemiológica de Casos e Surtos
- ⇒ Recomendação e promoção das medidas de controle
- ⇒ Avaliação da eficácia
- ⇒ Disseminação de informações

Fontes de dados importantes para V.E.— Taxa de morbidade, mortalidade, dados demográficos e ambientais, notificações de surtos e epidemias.



Segundo a portaria atual define a lista nacional de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde (Nº 127-1, de 6 de junho de 2014), destacam-se os seguintes conceitos: Notificação compulsória, agravo, ESP, NCI, NCS, notificação compulsória negativa.

DOENÇAS OU AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA

A notificação compulsória será realizada diante da suspeita ou confirmação de doença ou agravo, de acordo com o estabelecido.

A comunicação de doença, agravo ou evento de saúde pública de notificação compulsória pode ser realizada à autoridade de saúde por qualquer cidadão que deles tenha conhecimento. Principais mudanças em relação a antiga portaria de 2010 em relação a antiga portaria de 2010 está relacionada a Lista nacional de notificação compulsória e a Notificação semanal.



Status epidemiológico das doenças transmissíveis no município de Picos:

No município de Picos no período de 2010 a 2014 observase uma progressão no número de casos notificados de acidente por animais peçonhentos, intoxicação exógena e violência doméstica sexual e/ou outras violências. Existe ainda uma maior prevalência nas notificações de casos, no ano de 2014, de atendimento antirrábico e dengue. Em relação às doenças transmissíveis com quadro de persistência, como, tuberculose, hepatites virais, leptospirose, observa-se



que a quantidade de casos

notificados no ano de 2014 não ultrapassam a média dos últimos 5 anos, e em contrapartida leishmaniose visceral e malária ultrapassam essa média no mesmo ano. E nas doenças transmissíveis com tendência decrescente, destaca-se a coqueluche que apresenta uma progressão e o tétano acidental que se apresenta sem a notificação de nenhum caso, também em relação aos últimos 5 anos (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2015).

SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Conjunto de unidades de produção, análise e divulgação de dados, para atender as necessidades de informações de instituições, programas e serviços.

SINAN

Foi realizado para racionalizar o processo de coleta e transferência de dados relacionados às doenças e agravos de notificação compulsória.

O formulário padrão contém duas partes: Ficha Individual de Notificação (FIN) e Ficha Individual de Investigação (FINI).

Os principais indicadores gerados são: Taxa ou coeficiente de incidência, taxa ou coeficiente de prevalência, taxa ou coeficiente de letalidade.

ANEXOS

ANEXO A – LISTA NACIONAL DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA

ANEXO

Lista Nacional de Notificação Compulsória

Nº	DOENÇA OU AGRAVO (Ordem alfabética)	Periodicidade de notificação			
		Imediata (≤ 24 horas) para*			Semanal†
		MS	SES	SMS	
1	a. Acidente de trabalho com exposição a material biológico			X	X
	b. Acidente de trabalho: grave, fatal e em crianças e adolescentes			X	
2	Acidente por animal peçonhento			X	
3	Acidente por animal potencialmente transmissor da raiva			X	
4	Botulismo	X	X	X	
5	Cólera	X	X	X	
6	Coqueluche		X	X	
7	a. Dengue - Casos				X
	b. Dengue - Óbitos	X	X	X	
8	Difteria			X	
9	Doença de Chagas Aguda		X	X	
10	Doença de Creutzfeldt-Jakob (DCJ)				X
11	a. Doença Invasiva por "Haemophilus influenzae"		X	X	
	b. Doença Meningocócica		X	X	
12	Doenças com suspeita de disseminação intencional:	X	X	X	
	a. Anisax pneumônico				
	b. Tularemia				
	c. Varíola				
13	Doenças febris hemorrágicas emergentes/reemergentes:	X	X	X	
	a. Arbovirus				
	b. Ebola				
	c. Marburg				
	d. Lassa				
	e. Febre purpúrica brasileira				
14	Eszistossomose				X
15	Evento de Saúde Pública (ESP) que se constitua ameaça à saúde pública (ver definição no Art. 2º desta portaria)	X	X	X	
16	Eventos adversos graves ou óbitos pós-vacinação	X	X	X	
17	Febre Amarela	X	X	X	
18	Febre de Chikungunya	X	X	X	
19	Febre do Nilo Ocidental e outras arboviroses de importância em saúde pública	X	X	X	
20	Febre Maculosa e outras Riquetsioses	X	X	X	
21	Febre Tifoide		X	X	
22	Hanseníase				X
23	Hantavírose		X	X	
24	Hepatitis virais				X
25	HIV/AIDS - Infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida				X
26	Infecção pelo HIV em gestante, parturiente ou puérpera e Criança exposta ao risco de transmissão vertical do HIV				X
27	Infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV)				X
28	Influenza humana produzida por novo subtipo viral	X	X	X	
29	Intoxicação Exógena (por substâncias químicas, incluindo agrotóxicos, gases tóxicos e metais pesados)				X
30	Leishmaniose Tegumentar Americana				X
31	Leishmaniose Visceral				X


Nº	DOENÇA OU AGRAVO (Ordem alfabética)	Periodicidade de notificação			
		Imediata (≤ 24 horas) para*			Semanal†
		MS	SES	SMS	
32	Leptospirose			X	
33	a. Malária na região amazônica				X
	b. Malária na região extra Amazônica	X	X	X	
34	Óbito:				X
	a. Infantil				
	b. Materno				
35	Poliomielite por poliovírus selvagem	X	X	X	
36	Peste	X	X	X	
37	Raiva humana	X	X	X	
38	Síndrome da Rubéola Congênita	X	X	X	
39	Doenças Exantemáticas:	X	X	X	
	a. Sarampo				
	b. Rubéola				
40	Sífilis:				X
	a. Adquirida				
	b. Congênita				
	c. Em gestante				
41	Síndrome da Paralisia Flácida Aguda	X	X	X	
42	Síndrome Respiratória Aguda Grave associada a Coronavírus	X	X	X	
	a. SARS-CoV				
	b. MERS-CoV				
43	Tetano:			X	
	a. Acidental				
	b. Neonatal				
44	Tuberculose				X
45	Varicela - Caso grave internado ou óbito		X	X	
46	a. Violência doméstica e/ou outras violências				X
	b. Violência sexual e tentativa de suicídio			X	

*Informação adicional:

Notificação imediata ou semanal seguirá o fluxo de compartilhamento entre as esferas de gestão do SUS estabelecido pela SVS/MS;


Fonte: MS (Ministério da Saúde); SES (Secretaria Estadual da Saúde) ou SMS (Secretaria Municipal da Saúde).


ANEXO B – AUTORIZAÇÃO PARA A ADAPTAÇÃO DO INSTRUMENTO DE SOUSA et al. 2012


 Alan Alencar 27/04/2015
Para: mdm.mascarenhas@gmail.com ✉ Ações ▾

Olá Márcio,

Meu nome é Alan Alencar Freire, acadêmico do 8º período do curso Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí - CSHNB, situada na cidade de Picos - PI, e estou iniciando um projeto de pesquisa com o mesmo objeto de estudo do seu artigo "Conhecimento sobre doenças e agravos de notificação compulsória entre profissionais da Estratégia Saúde da Família no Município de Teresina, Estado do Piauí, Brasil – 2010", porém aplicado na cidade de Picos - PI. Venho por meio deste e-mail pedir a sua colaboração com o meu projeto, cujo o tema é: "Avaliação do conhecimento dos Enfermeiros da Atenção Básica sobre Vigilância Epidemiológica". Peço-lhe, se possível, a disponibilização dos seus questionários utilizados em sua pesquisa, sendo que me comprometo a utilizá-los eticamente e que irei citá-los em meu trabalho a autoria dos mesmos.

 Márcio D M Mascarenhas (mdm.mascarenhas@gmail.com) Adicionar aos contatos @ 27/04/2015 Documentos Ações ▾
Para: Alan Alencar Cc: Selonia Patricia ✉

 1 anexo (220,8 KB) Outlook.com Exibição Ativa ▾

 Instrumento DANC...


Baixar como zip · Salvar no OneDrive

Bom dia!
Segue o instrumento utilizado.
Foi um trabalho em conjunto.
Então, sugiro que peça autorização para Selonia Patricia (em cópia nesta mensagem).

Em 27 de abril de 2015 11:14, Alan Alencar <alan_01af@hotmail.com> escreveu:
Olá Márcio,

Meu nome é Alan Alencar Freire, acadêmico do 8º período do curso Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí - CSHNB, situada na cidade de Picos - PI, e estou iniciando um projeto de pesquisa com o mesmo objeto de estudo do seu artigo "Conhecimento sobre doenças e agravos de notificação compulsória entre profissionais da Estratégia Saúde da Família no Município de Teresina, Estado do Piauí, Brasil – 2010", porém aplicado na cidade de Picos - PI. Venho por meio deste e-mail pedir a sua colaboração com o meu projeto, cujo o tema é: "Avaliação do conhecimento dos Enfermeiros da Atenção Básica sobre Vigilância Epidemiológica". Peço-lhe, se possível, a disponibilização dos seus questionários utilizados em sua pesquisa, sendo que me comprometo a utilizá-los eticamente e que irei citá-los em meu trabalho a autoria dos mesmos.

—
Atenciosamente,
Prof. Dr. Márcio D M Mascarenhas
UM/CC/Dept. de Medicina Comunitária/ Saúde Coletiva
Núcleo de Vigilância em Saúde e Segurança do Paciente

 **Selonia Patricia** (seloniasousa@gmail.com) · Adicionar aos contatos 28/04/2015 Ações ▾
Para: Márcio D M Mascarenhas Cc: Alan Alencar ▾

Boa noite Prezados...

disponibilizo sim o uso do referido instrumento em sua pesquisa Alan Alencar!!!!


fico feliz pela escolha do tema!!!

gostaria de saber depois os resultados da pesquisa em Picos

boa sorte!!!

—

Atenciosamente,
Selonia Patricia Oliveira Souza
Enfermeira-Residente em Saúde da Família - PUCSP
Secretaria Municipal de Saúde de Sorocaba - SP
Centro de Saúde Capuru
Av. Paraná, 3719
tel: 15-3205-1121
CNEC 2049287


 **Alan Alencar** 29/04/2015 Ações ▾
Para: Selonia Patricia Cc: mdrm.mascarenhas@gmail.com ▾

Boa Noite,


Muito obrigado pela colaboração !!!

Com certeza compartilharei os resultados com vocês...

Abraços!!!

 **Alan Alencar** 04/06/2015 Documento Ações ▾
Para: Selonia Patricia Cc: mdrm.mascarenhas@gmail.com ▾

1 anexo (19,8 KB) Outlook.com Exibição Ativa ▾

 **Apêndice A.docx**

Baixar como zip · Salvar no OneDrive

Boa tarde!

Segue em anexo o instrumento que adaptei com base no instrumento do estudo realizado em Teresina - PI, sobre avaliação do conhecimento de profissionais da atenção primária sobre DANC. O meu estudo não será mais realizado apenas com enfermeiros, mais com profissionais de nível superior da Estratégia Saúde da Família (Enfermeiros, Médicos e Odontólogos), na cidade de Picos-PI.

atenciosamente

Alan Alencar Freire

 **Márcio D M Mascarenhas** (mdrm.mascarenhas@gmail.com) · Adicionar aos contatos 04/06/2015 Ações ▾
Para: alan_01a@hotmail.com Cc: seloniasousa@gmail.com ▾

Boa tarde!

Revisar a escrita (há erros de digitação/concordância?) e a pertinência das últimas 4 perguntas.

Boa sorte!

 **Alan Alencar** 05/06/2015 Ações ▾
Para: Márcio D M Mascarenhas Cc: seloniasousa@gmail.com ▾

Boa dia!

As sugestões serão acatadas. As 4 últimas perguntas são direcionadas a um dos meus objetivos específicos que é: "Avaliar o grau de conhecimento desses profissionais sobre o sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)". Uéngade!

ANEXO C – INSTRUMENTO DE SOUSA et al. 2012

FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS

Conhecimento dos Profissionais da Atenção Primária à Saúde sobre Doenças e Agravos de Notificação Compulsória em Teresina - Piauí, 2010	
01-Número do formulário	[_____]
Bloco I – Caracterização do entrevistado	
02-Qual a sua idade (anos completos)?	[_____]
03-Qual o seu sexo/gênero?	[<input type="checkbox"/>] 1-Masculino [<input type="checkbox"/>] 2-Feminino
04-Qual a sua profissão?	[<input type="checkbox"/>] 1-Enfermeiro [<input type="checkbox"/>] 2-Médico
05-Você se formou em que tipo de instituição de ensino?	[<input type="checkbox"/>] 1-Pública [<input type="checkbox"/>] 2-Privada
06-Durante o curso de graduação, você teve aulas sobre doenças e agravos de notificação compulsória?	[<input type="checkbox"/>] 1-Sim [<input type="checkbox"/>] 2-Não
07-Há quantos anos você atua como profissional Enfermeiro/Médico?	[_____]
08-Você possui curso(s) de pós-graduação em uma das seguintes áreas? (Permitido assinalar mais de uma alternativa)	
[<input type="checkbox"/>] 1-Não	
[<input type="checkbox"/>] 2-Sim - Saúde pública	[<input type="checkbox"/>] 08.4-Sim - Saúde da Família
[<input type="checkbox"/>] 3-Sim - Saúde coletiva	[<input type="checkbox"/>] 08.5-Sim – Epidemiologia
09-Nos últimos cinco anos, você participou de algum curso ou treinamento em uma das seguintes áreas? (Permitido assinalar mais de uma alternativa)	
[<input type="checkbox"/>] 1-Não	
[<input type="checkbox"/>] 2-Sim - Vigilância epidemiológica	
[<input type="checkbox"/>] 3-Sim - Análise de situação de saúde	
[<input type="checkbox"/>] 4-Sim - Investigação de surtos	
[<input type="checkbox"/>] 5-Sim - Curso Básico de Vigilância Epidemiológica (CBVE)	
[<input type="checkbox"/>] 6-Sim - Sistemas de informação em saúde	
10-Há quantos anos você atua como profissional da Estratégia Saúde da Família?	[_____]
11-A sua equipe de Saúde da Família pertence a qual Coordenadoria Regional de Saúde (CRS)?	
[<input type="checkbox"/>] 1-CRS Centro/Norte	[<input type="checkbox"/>] 2-CRS Leste/Sudeste [<input type="checkbox"/>] 3-CRS Sul
12-Você trabalha em outro local, além da Estratégia Saúde da Família? (Permitido assinalar mais de uma alternativa)	
[<input type="checkbox"/>] 1-Não	
[<input type="checkbox"/>] 2-Sim, em hospital público	[<input type="checkbox"/>] 4-Sim, no ensino superior
[<input type="checkbox"/>] 3-Sim, em hospital privado	[<input type="checkbox"/>] 5-Sim, no ensino médio/técnico
13-Em sua opinião, a qual profissional da equipe da Estratégia Saúde da Família deveria ser atribuída a responsabilidade pela notificação e investigação de agravos de notificação compulsória? (Permitido assinalar mais de uma alternativa)	
[<input type="checkbox"/>] 1-Médico	[<input type="checkbox"/>] 3-Auxiliar/Técnico de Enfermagem
[<input type="checkbox"/>] 2-Enfermeiro	[<input type="checkbox"/>] 4-A todos

Bloco II – Conhecimento sobre Doenças e Agravos de Notificação Compulsória																																																																																																																																				
Julgue as afirmativas abaixo e assinale um X nas colunas V (verdadeiro) ou F (falso)	V	F																																																																																																																																		
-A notificação é a comunicação da ocorrência de determinada doença ou agravo à saúde, feita à autoridade sanitária por profissionais de saúde ou qualquer cidadão.																																																																																																																																				
-De acordo com o Código Penal Brasileiro, a omissão da notificação de doença à autoridade pública por parte do profissional de saúde é crime, com pena de detenção de seis meses a dois anos e multa.																																																																																																																																				
-Para a maioria dos agravos, não se deve aguardar a confirmação do caso para se efetuar a notificação, pois isso pode significar perda da oportunidade de intervir eficazmente.																																																																																																																																				
-A notificação deve ser sigilosa, só podendo ser divulgada fora do âmbito médico-sanitário em caso de risco para a comunidade, respeitando-se o direito de anonimato dos cidadãos.																																																																																																																																				
-O envio dos instrumentos de notificação deve ser feito mesmo na ausência de casos, configurando-se o que se denomina notificação negativa.																																																																																																																																				
<p>-De acordo com a legislação e normas vigentes, são exemplos de doenças (ou agravos) de notificação compulsória:</p> <table border="0"> <tr> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Coqueluche</td> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Intoxicação exógena</td> </tr> <tr> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Hanseníase</td> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Sífilis em todas as idades</td> </tr> <tr> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Violência doméstica/sexual</td> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Leishmaniose visceral</td> </tr> <tr> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Portador de HIV+ em todas as idades</td> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Meningites infecciosas</td> </tr> <tr> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Dengue</td> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Tentativa de suicídio</td> </tr> </table>			<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Coqueluche	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Intoxicação exógena	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Hanseníase	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Sífilis em todas as idades	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Violência doméstica/sexual	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Leishmaniose visceral	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Portador de HIV+ em todas as idades	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Meningites infecciosas	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Dengue	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Tentativa de suicídio	V	F										
<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Coqueluche	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Intoxicação exógena	V	F																																																																																																																					
V	F																																																																																																																																			
V	F																																																																																																																																			
<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Hanseníase	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Sífilis em todas as idades	V	F																																																																																																																					
V	F																																																																																																																																			
V	F																																																																																																																																			
<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Violência doméstica/sexual	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Leishmaniose visceral	V	F																																																																																																																					
V	F																																																																																																																																			
V	F																																																																																																																																			
<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Portador de HIV+ em todas as idades	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Meningites infecciosas	V	F																																																																																																																					
V	F																																																																																																																																			
V	F																																																																																																																																			
<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Dengue	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Tentativa de suicídio	V	F																																																																																																																					
V	F																																																																																																																																			
V	F																																																																																																																																			
<p>-De acordo com a legislação e normas vigentes, são exemplos de doenças (ou agravos) de notificação imediata (<24 horas após a suspeita ou confirmação):</p> <table border="0"> <tr> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Evento adverso pós-vacinação</td> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Influenza por novo subtipo (H1N1)</td> </tr> <tr> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Botulismo</td> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Acidente por animal peçonhento</td> </tr> <tr> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Malária</td> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Sífilis em gestante</td> </tr> <tr> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Raiva humana</td> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Cólera</td> </tr> <tr> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Febre amarela</td> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Hantavirose</td> </tr> </table>			<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Evento adverso pós-vacinação	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Influenza por novo subtipo (H1N1)	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Botulismo	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Acidente por animal peçonhento	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Malária	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Sífilis em gestante	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Raiva humana	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Cólera	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Febre amarela	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Hantavirose	V	F										
<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Evento adverso pós-vacinação	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Influenza por novo subtipo (H1N1)	V	F																																																																																																																					
V	F																																																																																																																																			
V	F																																																																																																																																			
<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Botulismo	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Acidente por animal peçonhento	V	F																																																																																																																					
V	F																																																																																																																																			
V	F																																																																																																																																			
<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Malária	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Sífilis em gestante	V	F																																																																																																																					
V	F																																																																																																																																			
V	F																																																																																																																																			
<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Raiva humana	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Cólera	V	F																																																																																																																					
V	F																																																																																																																																			
V	F																																																																																																																																			
<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Febre amarela	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Hantavirose	V	F																																																																																																																					
V	F																																																																																																																																			
V	F																																																																																																																																			
<p>-São doenças consideradas erradicadas (<i>não ocorrem no Brasil nem em outros países</i>):</p> <table border="0"> <tr> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Poliomielite</td> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Rubéola</td> </tr> <tr> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Variola</td> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Cólera</td> </tr> <tr> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Sarampo</td> <td></td> </tr> </table>			<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Poliomielite	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Rubéola	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Variola	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Cólera	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Sarampo	V	F																																																																											
<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Poliomielite	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Rubéola	V	F																																																																																																																					
V	F																																																																																																																																			
V	F																																																																																																																																			
<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Variola	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Cólera	V	F																																																																																																																					
V	F																																																																																																																																			
V	F																																																																																																																																			
<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Sarampo	V	F																																																																																																																																		
V	F																																																																																																																																			
<p>-São doenças consideradas eliminadas (<i>não ocorrem no Brasil, mas ocorrem em outros países</i>):</p> <table border="0"> <tr> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Poliomielite</td> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Rubéola</td> </tr> <tr> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Variola</td> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Cólera</td> </tr> <tr> <td><table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Sarampo</td> <td></td> </tr> </table>			<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Poliomielite	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Rubéola	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Variola	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Cólera	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Sarampo	V	F																																																																											
<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Poliomielite	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Rubéola	V	F																																																																																																																					
V	F																																																																																																																																			
V	F																																																																																																																																			
<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Variola	V	F											<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Cólera	V	F																																																																																																																					
V	F																																																																																																																																			
V	F																																																																																																																																			
<table border="1"><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table> Sarampo	V	F																																																																																																																																		
V	F																																																																																																																																			

ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PIAUI - CAMPUS AMILCAR
FERREIRA SOBRAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Pesquisador: marcos renato de oliveira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 48130615.5.0000.5660

Instituição Proponente: Universidade Federal do Piauí - Campus Amílcar

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.392.017

Apresentação do Projeto:

Introdução

Mostra-se suficiente e adequada à proposta apresentada, de tal modo que situa o leitor no contexto pretendido.

Justifica a importância de realização do estudo e traz elementos teóricos suficientes para seu embasamento.

Objetivo da Pesquisa:

Traz como objetivos:

Geral

Verificar o nível de conhecimento dos profissionais de nível superior das Estratégias de Saúde da Família sobre as ações de Vigilância Epidemiológica em Picos, estado do Piauí.

Específicos

Estimar o nível de informação de profissionais Médicos, Odontólogos e Enfermeiros sobre Notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública.

Endereço: Campus Amílcar Ferreira Sobral, BR 343, KM 3,5

Bairro: Meladão

CEP: 64.900-000

UF: PI

Município: FLORIANO

Telefone: (89)3522-3284

E-mail: cep.cafs_ufpi@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PIAÚÍ - CAMPUS AMÍLCAR
FERREIRA SOBRAL



Continuação do Parecer: 1.392.017

Avaliar o grau de conhecimento desses profissionais sobre o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Propor após aplicação do formulário, de forma individual, com base nas necessidades uma explicação a partir de referencial teórico sobre assunto abordado.

Correlacionar as variáveis e calcular medidas de associação.

Apesar da ampla abrangência dos objetivos, vê-se que os mesmos não trazem evidências que possibilitem, a priori, danos aos sujeitos participantes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Diante dos benefícios, riscos e meios de contorná-los que se seguem:

Benefícios: O estudo proporcionará ao participante após a aplicação do formulário o nivelamento dos itens que houver um menor grau de informação, pois, depois de obtidos os dados necessários ao estudo aplicar-se-á de forma individual uma explicação com embasamento teórico sobre os principais assuntos relacionados ao tema proposto, além de sanar todas as dúvidas que se propuserem.

Riscos: A aplicação do formulário poderá acarretar ao participante alguma forma de constrangimento em decorrência da não instrução efetiva sobre o assunto. Serão minimizados os constrangimentos a partir do local em que ocorrerá a aplicação do formulário, sendo proporcionado que as respostas sejam respondidas em sala particular da unidade de saúde de forma a manter a privacidade e não expor o participante a terceiros. Porém caso o entrevistado continue constrangido, mesmo em sala privada, a coleta será suspensa para aquele indivíduo.

Observa-se que os benefícios pretendidos pelo estudo superam os riscos, sendo que estes são pontualmente previstos e com reais possibilidades de minimização.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo é caracterizado como exploratório e descritivo e acontecerá nas Estratégias de Saúde da Família (ESF) situadas na cidade de Picos – PI - 27 situadas na zona urbana e 8 na rural. Participarão da pesquisa 108 profissionais (Médicos, Odontólogos e Enfermeiros) cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.

A coleta de dados será por meio de um formulário e analisados através de um pacote estatístico usando o software Statistical Package for Social Science 20.0 for Windows (SPSS).

Endereço: Campus Amílcar Ferreira Sobral, BR 343, KM 3,5
 Bairro: Meiação CEP: 64.800-000
 UF: PI Município: FLORIANO
 Telefone: (69)3622-3284 E-mail: cnp.cafs_ufpi@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PIAUÍ - CAMPUS AMÍLCAR
FERREIRA SOBRAL



Continuação do Parecer: 1.392.017

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentam-se suficientes e adequados ao entendimento do leitor.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A documentação apresentada não evidencia a possibilidade de dano aos sujeitos participantes. No entanto, sugiro envio a este CEP de relatórios parcial e final da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_547885.pdf	21/11/2015 12:32:57		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.pdf	21/11/2015 12:30:43	ALAN ALENCAR FREIRE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	21/11/2015 12:15:16	ALAN ALENCAR FREIRE	Aceito
Outros	Termo de confidencialidade.jpg	04/08/2015 09:50:18		Aceito
Outros	Declarações dos pesquisadores.jpg	04/08/2015 09:49:25		Aceito
Outros	Carta de encaminhamento.jpg	04/08/2015 09:48:37		Aceito
Outros	Autorização institucional.jpg	04/08/2015 09:47:02		Aceito
Outros	Termo de autorização institucional.jpg	31/07/2015 11:07:01		Aceito
Folha de Rosto	Folha de Rosto.pdf	07/07/2015 11:46:22		Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Campus Amílcar Ferreira Sobral, BR 343, KM 3,5
 Bairro: Meladão CEP: 64.800-000
 UF: PI Município: FLORIANO
 Telefone: (89)3522-3284 E-mail: cep.cafs_ufpi@yshoo.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PIAUÍ - CAMPUS AMÍLCAR
FERREIRA SOBRAL



Continuação do Parecer: 1.392.017

FLORIANO, 20 de Janeiro de 2016

Assinado por:
REGINA MARIA SOUSA DE ARAÚJO
(Coordenador)

Endereço: Campus Amílcar Ferreira Sobral, BR 343, KM 3,5
Bairro: Meisdão CEP: 64.800-000
UF: PI Município: FLORIANO
Telefone: (89)3522-3284 E-mail: cep.cefs_ufpi@yahoo.com.br



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, ALAN ALENCAR FREIRE,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Análise do conhecimento sobre Vigilância Epidemiológica na Estratégia Saúde da Família
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 10 de março de 2016.

Alan Alencar Freire
Assinatura

Assinatura